

# ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

## GAC LITORAL NORTE DA AMP

# FICHA TÉCNICA

Agosto de 2016

## COORDENAÇÃO GLOBAL

Teresa Sá Maques  
CEGOT/FLUP

## COORDENAÇÃO EXECUTIVA

José Paulo Queiroz  
JPQ Consultores, Lda.

## RECOLHA, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Paula Ribeiro  
Diogo Ribeiro



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO MAR



# ÍNDICE

	8
<b>1. Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2. Caracterização e Diagnóstico do Território</b>	<b>10</b>
2.1. Enquadramento	12
2.2. População e condições sociais	17
2.3. Atividades económicas e atividade piscatória	23
2.4. Sistemas agrícolas	26
2.5. Recursos ambientais, patrimoniais e culturais	28
<b>3. Marco Estratégia</b>	<b>28</b>
3.1. Visão	29
3.2. Análise SWOT	30
3.3. Desafios	31
3.4. Objetivos Estratégicos	34
3.5. Articulação com as orientações estratégicas nacionais e regionais	38
3.6. Resultados Esperados	39
3.7. Pressupostos da contratualização do Fundo	40
<b>4. Plano de Ação</b>	<b>44</b>
<b>5. Envolvimento com as Comunidades</b>	<b>46</b>
<b>6. Caracterização da Parceria e Modelo Organizacional</b>	<b>46</b>
6.1. Áreas de cooperação	47
6.2. Modelo de gestão e organização	50
<b>7. Proposta de Modelo de Avaliação</b>	<b>54</b>
<b>8. Bibliografia</b>	

---

## Anexos

# ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Fig.1</b>	Enquadramento metropolitano do	10	<b>Fig.8</b>	Infraestruturas portuárias e marítimas	19
<b>Fig.2</b>	Área costeira de intervenção	11	<b>Fig.9</b>	Atividade piscatória: Pescado transacionado (t) por Postos em 2013	21
<b>Fig.3</b>	Ocupação do solo: Infraestruturas; Estrutura do edificado e Carta de ocupação do solo (2007)	11		População ativa (empregada e desempregada) na pesca face ao total de população ativa na freguesia em 2011.	
<b>Fig.4</b>	Variação da população residente por freguesia entre 2011 e 2011: População residente total; População residente dos 25-64 anos e População residente com mais de 65 anos	12	<b>Fig.10</b>	Estrutura Produtiva: População residente ativa no setor das Pescas (2011) Pessoas ao serviço por estabelecimentos com 10 ou mais pessoas, no "cluster" do Mar (2009) Volume de Pescado transacionado por Posto em 2013	22
<b>Fig.5</b>	População residente por grau de escolaridade, relativamente ao total da pop. residente, por freguesia em 2011: População residente com o ensino inferior ao básico População residente com o ensino superior	13	<b>Fig.11</b>	Estruturas agrícolas: Peso relativo da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011) por freguesia e Superfície Agrícola utilizada (SAL) média das explorações por freguesia, e 2009	23
<b>Fig.6</b>	Desemprego, em 2011: Taxa de desemprego por freguesia e Peso do desemprego da freguesia (%) relativamente ao total de desemprego da AMP	14	<b>Fig.12</b>	Masseiras na Póvoa de Varzim	24
<b>Fig.7</b>	Síntese Sociodemográfica, em 2011: Níveis etários por freguesia Níveis de escolaridade por freguesia Níveis de desemprego por freguesia	16	<b>Fig.13</b>	Estrutura territorial física : Orografia Precipitação	26
			<b>Fig.14</b>	ERPVA - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental	27



# ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tab.1</b>	População residente desempregada,	15	<b>Tab.5</b>	Pescadores matriculados em 31 de Dezembro de 2013 em portos nacionais do Continente por Porto de registo e Segmento de pesca	20
<b>Tab.2</b>	População residente empregada, por setor de atividade em 2011	17			
<b>Tab.3</b>	Estabelecimentos e Pessoas ao	18	<b>Tab.6</b>	Embarcações de pesca licenciadas come sem motor da frota nacional por Porto de registo em 2013	20
<b>Tab.4</b>	Tipo de Alojamentos, total e por freguesias, em 2011	18	<b>Tab.7</b>	Capturas nominais de pescado por Porto de descarga, em 2003 e em 2007	20



# INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o resultado do processo de dinamização da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Grupo de Ação Costeira (GAC) Litoral Norte da Área Metropolitana do Porto (AMP), no âmbito do programa operacional de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), do próximo período de programação dos fundos estruturais.

Trata-se de um exercício de avaliação e diagnóstico do território a intervir, com o propósito claro de dotar a AMP de um quadro estratégico de ação para as suas comunidades pesqueiras e costeiras, que permita maximizar e otimizar os impactos no território objeto da sua intervenção, decorrentes da aplicação dos fundos estruturais, durante o período de 2014-2020.

Atento este objetivo central, foram consensualizados, entre a equipa técnica e a AMP, um conjunto de princípios orientadores do trabalho que deveriam estar presentes ao longo das diversas fases do processo de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local do GAC Litoral Norte AMP.

1. Considerando os diversos trabalhos recentes que se têm vindo a debruçar sobre o território da AMP, o diagnóstico territorial a efetuar deveria partir de uma revisitação e atualização desses documentos;
2. Favorecer, ao longo de todo o processo, o envolvimento e a participação dos parceiros institucionais mais relevantes e cuja ação é determinante no processo de desenvolvimento;
3. Centrar a análise e avaliação, bem como a estratégia e o plano de ação, num conjunto de áreas temáticas que correspondem a sectores de oportunidade com potencial significativo e, ou em alternativa, concretizam prioridades e objetivos estabelecidos ao nível europeu, nacional ou regional, garantindo assim a exigida coerência e alinhamento estratégicos.

A estrutura adotada para o documento reflete, consequentemente, o compromisso entre os pressupostos enunciados.



Tendo por base o referencial da Europa 2020, as novas orientações da Política de Coesão e as estratégias nacional e regional, o presente documento desenvolve uma estratégia de desenvolvimento fortemente participada pela comunidade local:

A partir de um quadro analítico, é apresentado o diagnóstico estratégico que assenta num exercício de análise swot. Faz-se uma análise da estrutura de povoamento e das dinâmicas populacionais, evidenciando os perfis sócio-espaciais. Em seguida, evidencia-se a importância local das atividades económicas, particularmente as piscatórias. Os sistemas agrícolas são também tratados, dada a forte presença das atividades ligadas à produção de leite. Por fim, o património natural e cultural justifica-se enquanto recurso estruturante estratégico.

Em seguida, a estratégia organiza-se em torno da visão e de um conjunto de objetivos estratégicos, perfeitamente articulados com os objetivos das EIDT da AMP. São apresentados dos resultados esperados e são identificados os pressupostos em que deve assentar o processo de contratualização. Por fim, é apresentado o Plano de Ação.

A preparação do projeto implicou um forte envolvimento das comunidades. Foram organizados três workshops que no seu conjunto contaram com mais de oitenta participantes. Além disso, foram realizadas um conjunto de reuniões com os três Municípios que integram o DLBC e visitas à área do projeto de forma a aprofundar o diagnóstico e consolidar a estratégia. A realização de todas estas atividades de interação e envolvimento com os parceiros locais só foi possível com o forte empenhamento dos municípios.

Por fim, tendo em vista a implementação do projeto, foi concebido um modelo de gestão e organização e foram identificadas as principais áreas de cooperação. De forma a proceder-se à monitorização do projeto é proposto um modelo de avaliação.



## 1. Caracterização e Diagnóstico do Território



## 2. Marco Estratégico



## 3. Plano de Ação



## 4. Envolvimento da Comunidade



## 5. Parceria e Modelo Organizacional



## 6. Avaliação



# CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

## Enquadramento



Fonte: INE 2011

FIGURA 1: Enquadramento metropolitano da DLBC Litoral Norte AMP

A área costeira de intervenção está localizada no Norte de Portugal, em três municípios contínuos pertencentes à Área Metropolitana do Porto, nomeadamente Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

O território do DLBC é composto por 12 freguesias litorâneas contínuas com relações funcionais entre si e com uma população de cerca 180 mil habitantes.

### Matosinhos:

- União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira
- União das Freguesias de Perafita e Santra Cruz do Bispo.

### Vila do Conde:

- Árvore;
- Azurara;
- Labruje;
- Mindelo;
- Vila Chã e
- Vila do Conde.

### Póvoa de Varzim:

- União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai;
- União das Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso;
- União das Freguesias de Aguçadoura e Navais e
- Estela



A situação de crise que se regista nas pequenas comunidades piscatórias do litoral implica a identificação das causas da marginalidade a que estão expostas e desenvolver um modelo de desenvolvimento mais coordenado e sustentável. A complexidade das questões impõem previamente um diagnóstico multidisciplinar e multi-escalar, simultaneamente quantitativo e qualitativo.

Este território costeiro é um espaço de excelência da AMP, que conjuga elementos de grande marginalidade com recursos e potencialidades únicas.

Nos últimos decénios construiu-se uma fragmentação social, económica, ambiental e urbanística que se manifesta territorialmente.

Uma boa rede de acessibilidades e de transportes, recursos naturais de excelências, praias de grande qualidade e atratividade, centralidades urbanas antigas e de grande valor histórico, zonas de emprego de excelência, conjugam-se com grandes concentrações de desemprego e de pobreza, áreas urbanas degradadas e urbanisticamente desqualificadas, zonas empresariais abandonadas, e atividades económicas desqualificadas, nomeadamente as piscatórias.



FIGURA 2: Área costeira de intervenção

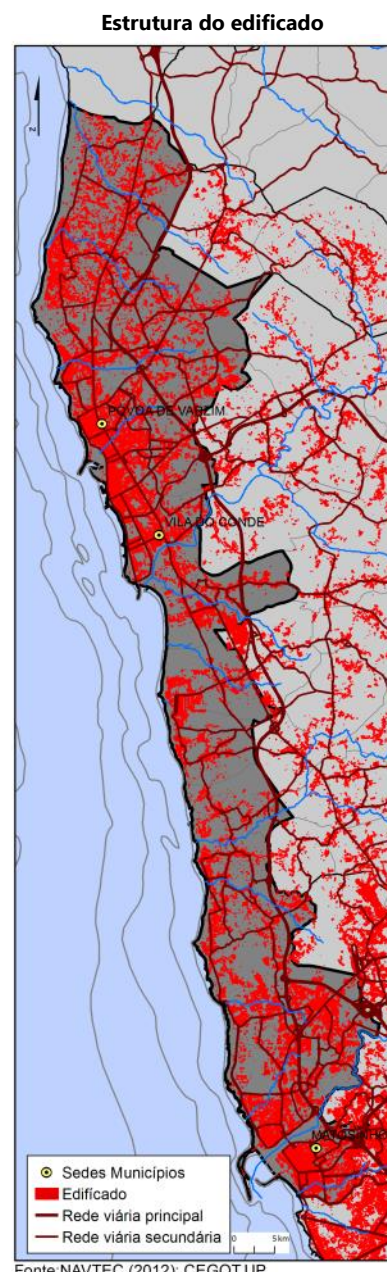
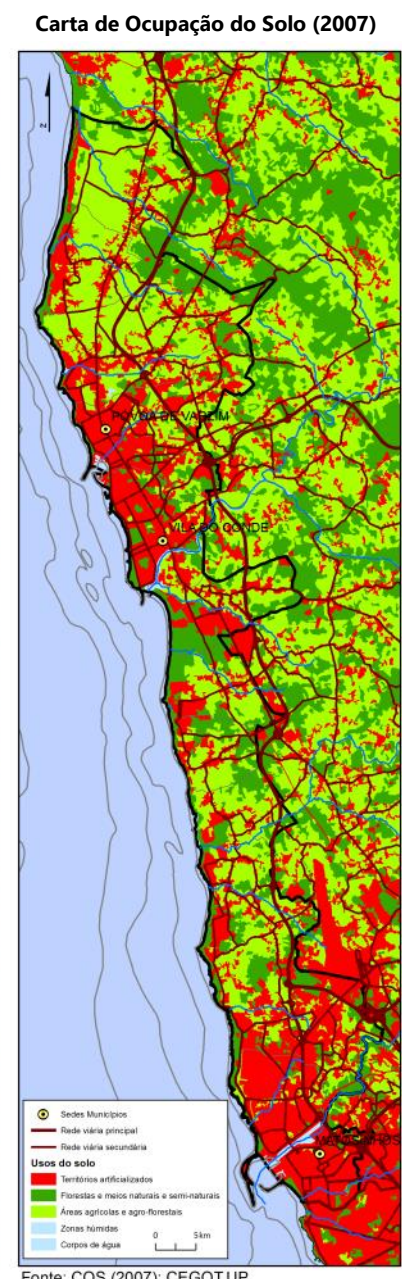


FIGURA 3: Ocupação do solo



## População e condições sociais

Para a elaboração da EDL sistematizaram-se um conjunto de questões que sinalizam a necessidade, a relevância e a oportunidade de refletir e atuar sobre as problemáticas e desafios do emprego, da educação, da proteção social, e do combate às vulnerabilidades e à exclusão social.

As freguesias costeiras do norte da área de intervenção são, no contexto da Área Metropolitana do Porto e face aos valores globais, um território relativamente "mais ativo" e relativamente menos

envelhecido, particularmente quando comparamos com a Região Norte.

Contudo, o potencial jovem residente (população com menos de 15 anos ou 25 anos) tem vindo a perder importância nos últimos anos, nomeadamente na área de intervenção.

Os índices de dependência e os ritmos de envelhecimento são heterogéneos.

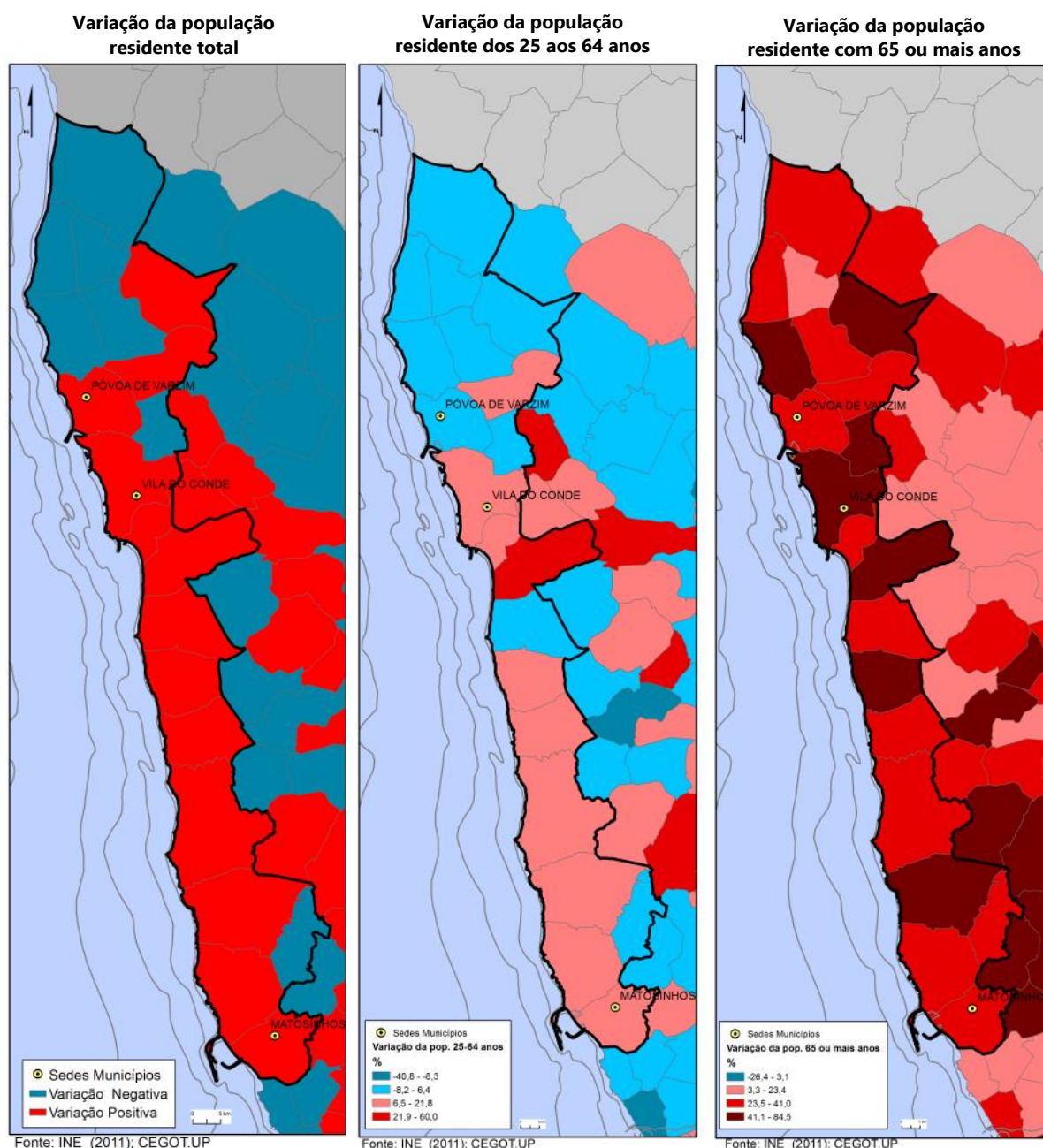


FIGURA 4: Variação da população residente por freguesia entre 2011 e 2011.



A informação recolhida aponta para a presença de dinâmicas demográficas diferenciadas ao nas freguesias do litoral norte da AMP, realidade que indicia a pertinência de análises e intervenções mais finas e contextualizadas.

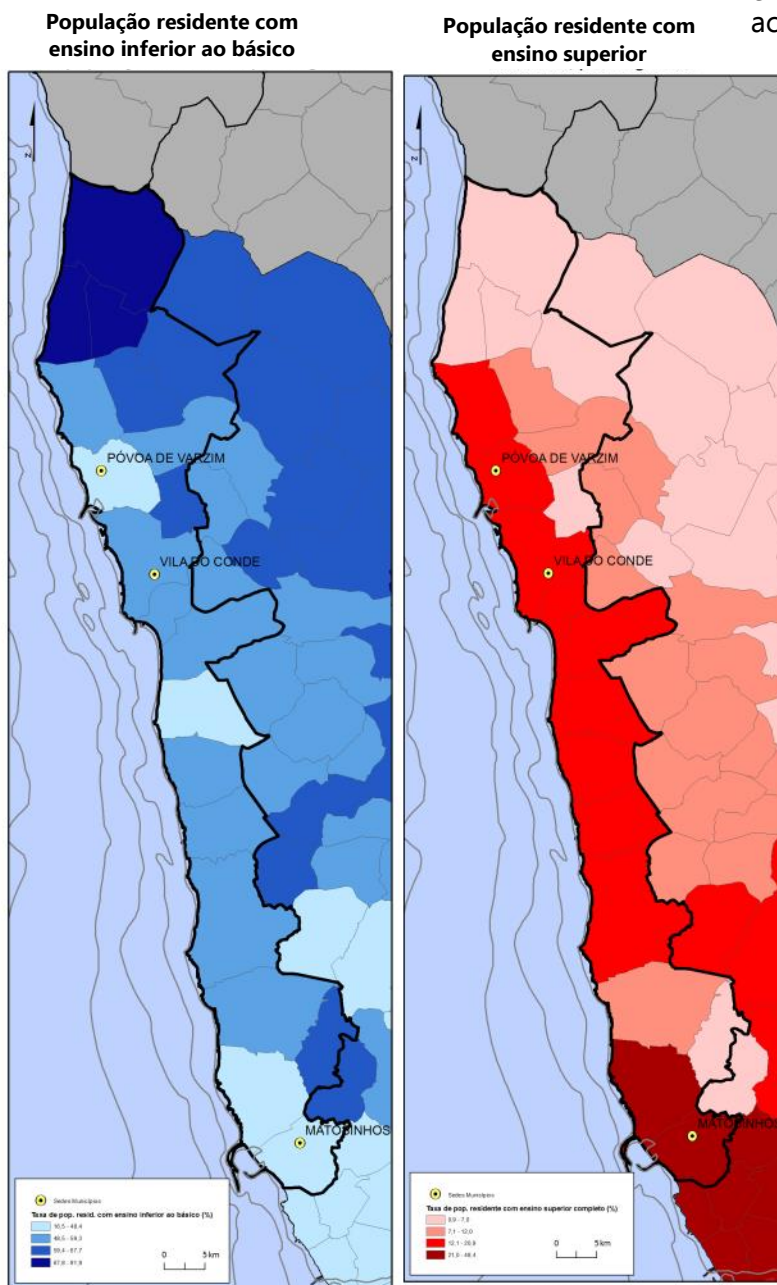
Neste DLBC, as freguesias localizadas mais a norte registam uma maior juventude face às freguesias do sul, mas em toda a área os índices de juventude estão em perda.

O panorama da educação, tendo por referência os indicadores utilizados, não difere substancialmente do panorama metropolitano.

Apesar de, em termos médios, ser mais favorável no que respeita aos níveis de escolarização da população residente e ter conhecido uma evolução francamente positiva na última década, a situação nas freguesias em análise exige intervenções continuadas e contextualizadas.

A AMP é um território heterogéneo no que respeita às dinâmicas e níveis educativos, mesmo quando estamos a analisar as freguesias costeiras.

Deverá sobretudo atender-se à existência de núcleos de maior concentração urbana com elevadas disparidades internas ao nível do acesso e dos níveis de educação.



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

F

Os indicadores de escolarização estão abaixo dos verificados na média da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente nas taxas de ensino superior.

Os valores do abandono escolar precoce também têm de ser contrariados.

FIGURA 5: População residente por grau de escolaridade, relativamente ao total da pop. residente, por freguesia em 2011

A AMP registou nos últimos anos perdas significativas de emprego, podendo colocar em causa a relação entre a população inativa e ativa sem emprego e a população empregada.

Reformados, desempregados e estudantes são, por esta ordem, os grupos sociais mais relevantes no conjunto da população residente não empregada.

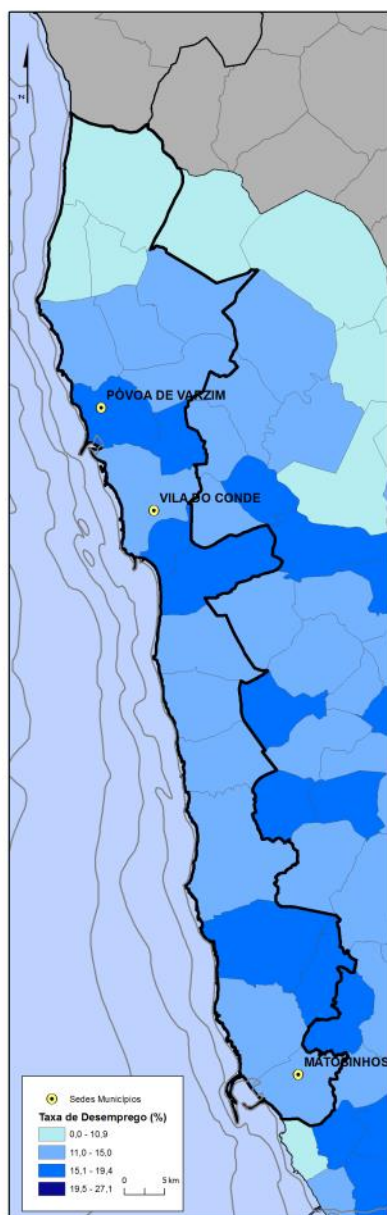
Para além da quebra significativa de emprego registada nos últimos anos, assistiu-se à destruição de empresas e as insolvências assumiram uma expressão significativa. Releva-se também a existência de diferentes realidades espaciais.

A distribuição da população empregada pelos diferentes setores de atividade é heterogênea na AMP.

As atividades económicas relacionadas com as pescas perdem mais emprego e é onde a atividade empresarial ocorre com menos intensidade.

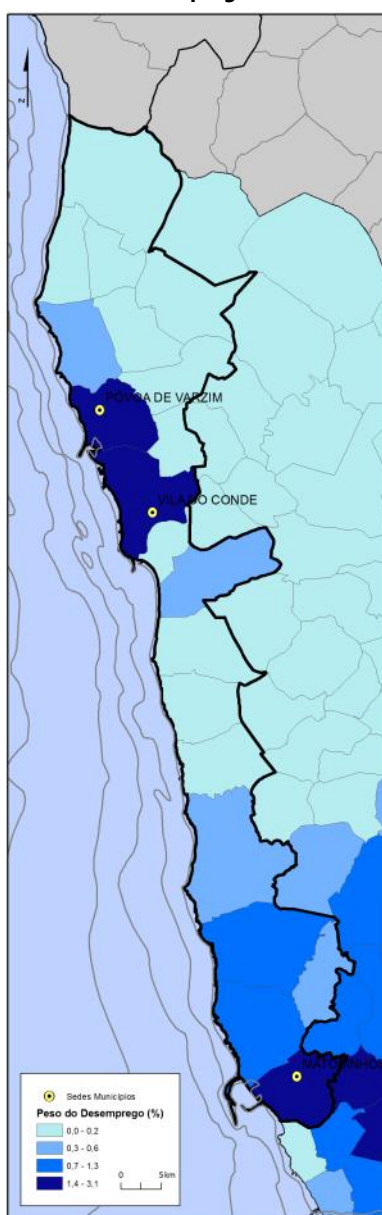
Também na AMP, o desemprego é um fenómeno que traduz múltiplas realidades sociais e problemas diferenciados, sugerindo a oportunidade e a relevância de reflexões e intervenções em torno da inovação social.

**Taxa de desemprego, por freguesia**



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

**Peso do desemprego da freguesia(%) relativamente ao total de desemprego da AMP**



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Neste território em 2011 residiam 12.478 desempregados (não existe informação estatística por freguesias para atualizar estes números).

Este problema é o que mais preocupa os atores e instituições que operam nas áreas da inclusão social.

Com um valor médio da taxa de desemprego semelhante ao verificado na AMP (mas superior ao País), o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado, assumem contornos particularmente relevantes.

Os valores referentes ao ganho médio mensal são também paradigmáticos de vários tipos de assimetrias: uma assimetria intra-metropolitana dá conta de diferenças salariais em termos espaciais.

**FIGURA 6: Desemprego, em 2011**

TABELA 1: População residente desempregada, em 2011.

Concelho	Freguesia	População Ativa	Nº de Desempregados	Taxa Desemprego %	Nº de Desempregados à procura do 1º emprego	Desempregados à procura do 1º emprego/ nº desempregados (%)	Nº de desempregados à procura de novo emprego	Desempregados à proc. novo emprego / nº desempregados (%)
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	24 747	3 571	14,4	667	18,7	2 904	81,3
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	14 456	1 644	11,4	292	17,8	1 352	82,2
Póvoa de Varzim	Estela	1 134	113	10,0	31	27,4	82	72,6
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	6 800	892	13,1	131	14,7	761	85,3
	U. F. de Aguçadoura e Navais	2 836	224	7,9	50	22,3	174	77,7
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	16 681	2 687	16,1	411	15,3	2 276	84,7
Vila do Conde	Árvore	2 680	431	16,1	79	18,3	352	81,7
	Azurara	1 188	206	17,3	41	19,9	165	80,1
	Labruge	1 474	204	13,8	27	13,2	177	86,8
	Mindelo	1 772	266	15,0	39	14,7	227	85,3
	Vila Chã	1 496	189	12,6	27	14,3	162	85,7
	Vila do Conde	14 156	2 051	14,5	316	15,4	1 735	84,6
Total DLBC		89 420	12 478	14,0	2 111	16,9	10 367	83,1
Total 3 concelhos		159 178	23 332	14,7	3 908	16,7	19 424	83,3
Total AMP		872 393	137 223	15,7	22 985	16,8	114 238	83,2

Fonte: INE (Censos 2011)

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, foi possível observar uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares. Esta tendência tem sido ditada pelo envelhecimento demográfico da população, fenómeno responsável pela diminuição do número de elementos por grupo doméstico, pelo aumento do abandono e solidão de idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas e simbólicas que esses processos acarretam. O envelhecimento é também no contexto litoral um problema pois não existem condições sociais de suporte e proteção.

As condições de vida traduzem os meios através dos quais as populações se apropriam dos seus rendimentos e os utilizam na construção de um quadro de vida. Aqui há um forte recurso a serviços de solidariedade social, apoio familiar, apoio de amigos e vizinhos, etc. As despesas dos agregados familiares são as seguintes, por ordem decrescente de importância: habitação, eletricidade, água, gás, transportes e saúde. Do ponto de vista qualitativo e no terreno, são estas as despesas que os agregados domésticos também têm mais dificuldades em satisfazer.

Os alojamentos improvisados ou até mesmo as barracas aparecem ainda como soluções de habitação no litoral. Por outro lado, e considerando a vulnerabilidade da população idosa, não deixa de ser relevante apontar um contexto propiciador de vulnerabilidade também habitacional pela falta de condições materiais e sociais para a manutenção de um espaço habitado de qualidade.

Ao nível dos direitos e apoios sociais, é possível identificar como vulnerabilidade a existência de um alargado conjunto de pessoas dependentes das pensões pelo facto de se situarem no âmago das debilidades estruturais do Estado Providência e por equivalerem a níveis muito baixos.

Ao olharmos para os subsídios de desemprego, está patente a discrepância entre aqueles que se encontram na condição de desempregado e aqueles que efetivamente se encontram cobertos por um subsídio de desemprego.

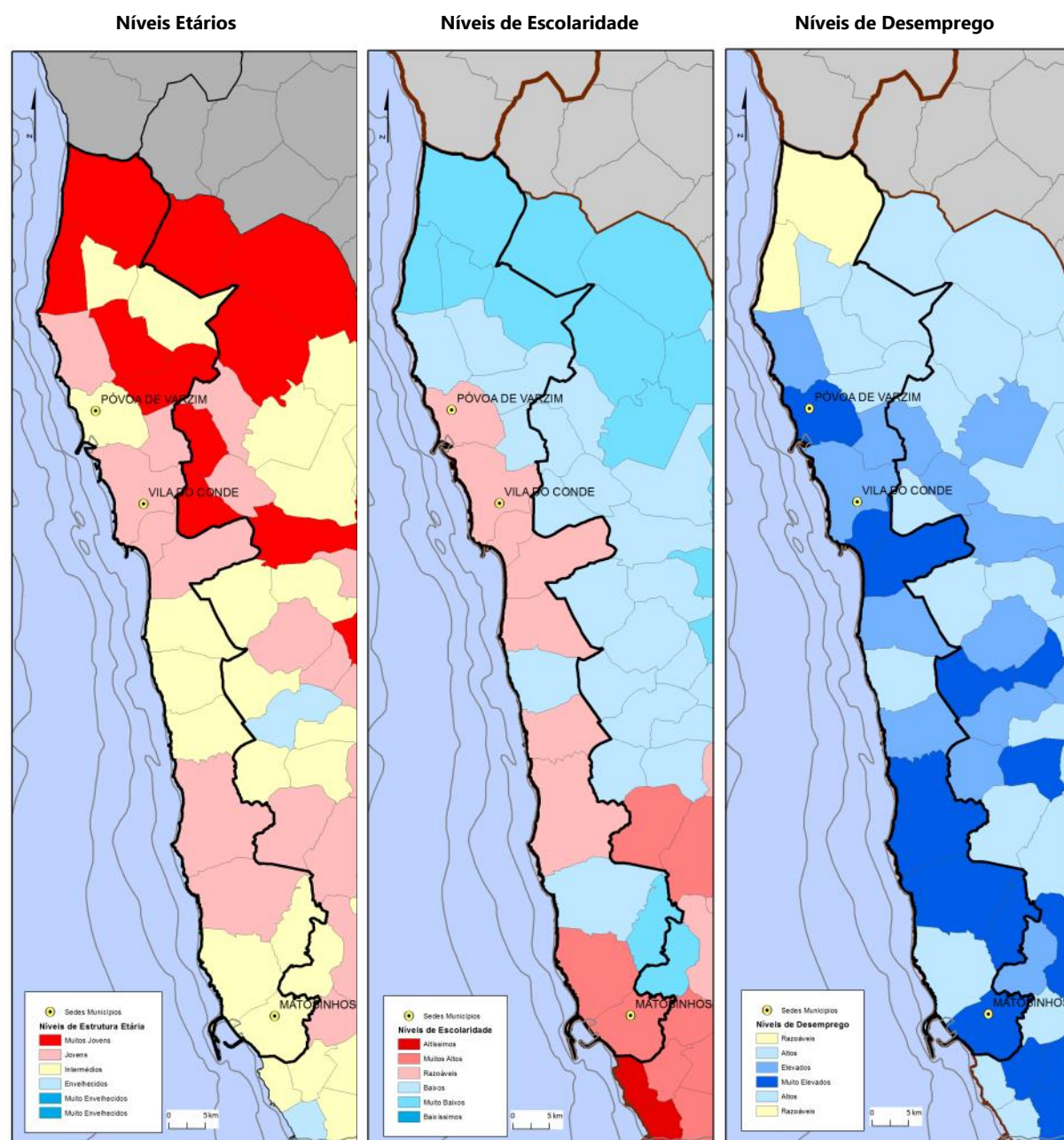


Existe também um quadro de incidência de vulnerabilidades em áreas mais urbanizadas, sendo bem revelador do conjunto de situações de emergência social identificadas pelos profissionais que operam no terreno ao nível da alimentação, da habitação ou da eletricidade.

Também é possível identificar, um grande número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social: territórios que mais acumulam debilidades de inclusão identificadas.

Sendo o fenómeno da pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise.

Por isso, consideramos que a inclusão social exigirá uma intervenção holística que passará pelo emprego, pela educação, pela habitação, pela proteção social e pela inovação social.



Nota: Estas sínteses foram calculadas relativamente ao conjunto da AMP, o que significa que os vermelhos representam valores altos e os azuis valores baixos no contexto



## Atividades económicas e atividade piscatória

Em termos de atividades económicas este território tem grandes potencialidades, pela localização de recursos que concentra (portos e infraestruturas viárias) e pela centralidade urbana que polariza.

O sistema marítimo-portuário tem neste território particular impacto já que, para além de constituir uma das principais “portas” de entrada na Península Ibérica e na Europa, é um facilitador do dinamismo e da competitividade económica.

O porto de Leixões, localizado no concelho de Matosinhos, é a maior infraestrutura portuária do Norte de Portugal e no contexto nacional é o segundo porto com maior volume de mercadoria/carga movimentada e o maior porto a nível de contentores movimentados e de número de navios com escalas em portos. (FCG-Noroeste Global, 2014).

Em termos de residentes empregados soma cerca de 76 mil indivíduos, 5% dos quais do sector primário (valor elevado no contexto metropolitano), 24,7% do

secundário, 26% do terciário social e 44% do terciário económico.

Em termos de atividades, o comércio e a restauração têm uma importância significativa e um importante papel nos níveis de atividade da população em idade ativa.

Em termos territoriais as freguesias mostram perfis de atividade bastante diferenciados, o que representa uma potencialidade territorial sustentando o desenvolvimento de uma estratégia que aposte sobretudo na qualificação e na valorização das atividades.

Pequenos negócios, com pessoal ao serviço precário e pouco escolarizado ou formado, evidenciam uma capacidade empreendedora mas simultaneamente desqualificada e com fraco valor económico.

TABELA 2: População residente empregada, por setor de atividade em 2011.

Concelho	Freguesia	Pop. residente Empregada	Setor de atividade							
			Primário	Primário %	Secundário	Secundário %	Terciário (Social)	Terciário (Social) %	Terciário (económico)	Terciário (económico) %
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	21 176	134	0,6	3 880	18,3	6 104	28,8	11 058	52,2
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	12 067	160	1,3	3 311	27,4	2 653	22,0	5 943	49,3
Póvoa de Varzim	Estela	1 021	196	19,2	394	38,6	119	11,7	312	30,6
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	5 908	324	5,5	1 972	33,4	1 353	22,9	2 259	38,2
	U. F. de Aguçadoura e Navais	2 612	708	27,1	704	27,0	333	12,7	867	33,2
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	13 994	661	4,7	3 358	24,0	4 329	30,9	5 646	40,3
Vila do Conde	Árvore	2 249	48	2,1	680	30,2	562	25,0	959	42,6
	Azurara	982	19	1,9	326	33,2	268	27,3	369	37,6
	Labruge	1 270	63	5,0	404	31,8	306	24,1	497	39,1
	Mindelo	1 506	58	3,9	468	31,1	388	25,8	592	39,3
	Vila Chã	1 307	34	2,6	498	38,1	231	17,7	544	41,6
	Vila do Conde	12 105	1 535	12,7	2 859	23,6	3 263	27,0	4 448	36,7
Total DLBC		76 197	3 940	5,2	18 854	24,7	19 909	26,1	33 494	44,0
Total AMP		735 170	9 567	1,3	225 848	30,7	189 910	25,8	309 845	42,1

Fonte: INE (Censo 2011)

TABELA 3: Estabelecimentos e Pessoas ao serviço, em 2013.

Concelho	Freguesia	Nº de Estabelecimentos	Nº de pessoas ao serviço	Pessoas ao serviço por estabelecimento	Nº de Pessoas ao serviço com ensino Superior	% de Pessoas ao serviço com ensino Superior	% de Pessoas ao serviço com ensino Superior na AMP
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	2 556	18 574	7,3	3 970	21,4	4,4
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	789	8 786	11,1	1 262	14,4	1,4
Póvoa de Varzim	Estela	86	485	5,6	25	5,2	0,0
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	402	2 680	6,7	202	7,5	0,2
	U. F. de Aguçadoura e Navais	179	616	3,4	45	7,3	0,1
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	1 254	7 484	6,0	1 293	17,3	1,4
Vila do Conde	Árvore	275	2 042	7,4	225	11,0	0,3
	Azurara	49	512	10,4	57	11,1	0,1
	Labruge	44	226	5,1	30	13,3	0,0
	Mindelo	142	1 937	13,6	403	20,8	0,5
	Vila Chã	48	121	2,5	15	12,4	0,0
	Vila do Conde	990	6 694	6,8	839	12,5	0,9
Total DLBC		6 814	50 157	7,4	8 366	16,7	9,4
Total 3 concelhos		10 554	93 201	8,8	15 612	16,8	17,5
Total AMP		56 488	484 471	8,6	89 381	18,4	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal (GEP/Ministério da Economia e Emprego, 2013)

No DLBC localizam-se cerca de 6.800 estabelecimentos, que empregam 50 mil pessoas ao serviço, 10% da AMP.

Cerca de 17% deste emprego tem níveis de escolaridade superior, mas com um comportamento territorial muito diferenciado ao nível das freguesias.

São as freguesias mais urbanizadas que mostram níveis de qualificação superiores, nomeadamente a União de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, a União de freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, e ainda Mindelo.

Dada a atratividade costeira, o peso das habitações de uso sazonal ou secundário é muito elevado. Isto demonstra a importância desta área em períodos de férias ou de verão, com uma intensidade de uso muito forte, com implicações por vezes negativas ao nível ambiental e na qualidade de vida e bem-estar dos residentes locais. Mas é também um ponto forte deste território, porque a procura aumenta

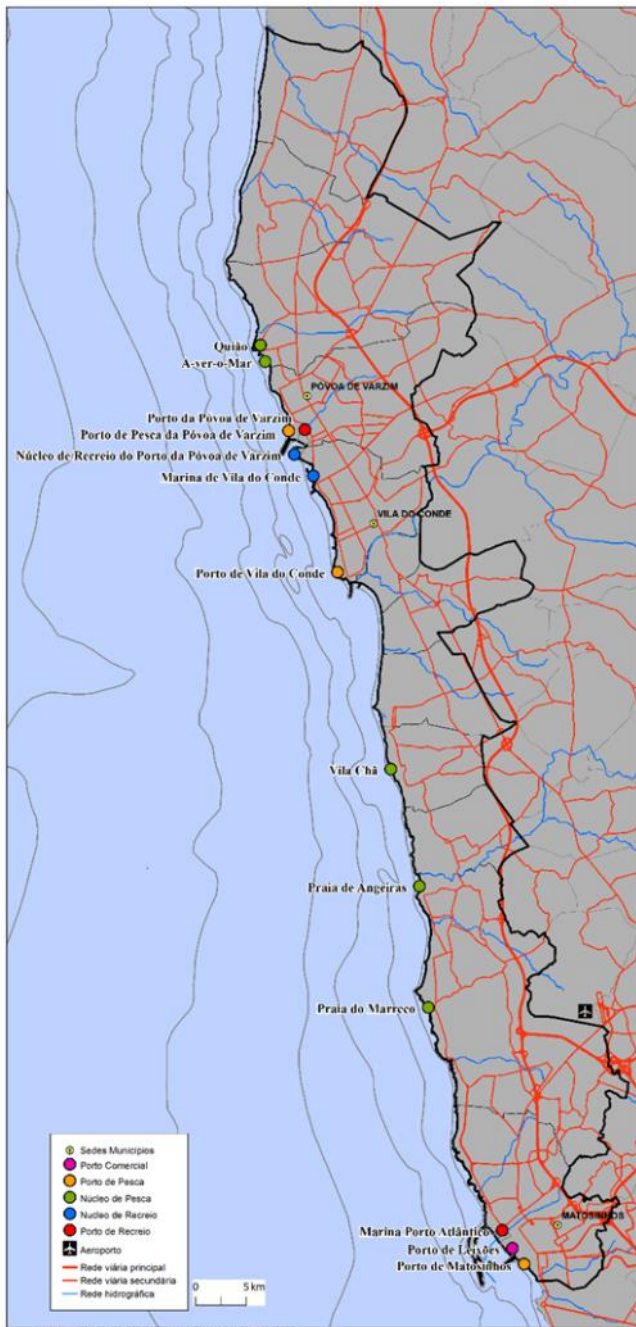
estrondosamente com importantes implicações nos níveis de consumo e de negócio (alojamento sazonal, comércio, serviços pessoais e restauração). O comércio e a restauração especializada no peixe têm um forte potencial de atração em termos metropolitanos.

Concelho	Freguesia	Alojamentos familiares	Clássicos	Residência habitual	Uso sazonal ou secundário	Vagos	% residência habitual	% uso sazonal ou secundário	% vagos
Matosinhos	U. F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	24 432	24 407	19 577	2 077	2 753	80,2	8,5	11,3
	U. F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	13 012	12 987	10 560	1 201	1 226	81,3	9,2	9,4
Póvoa de Varzim	Estela	934	934	651	207	76	69,7	22,2	8,1
	U. F. de Aver-o-mar, Amorim, e Terroso	8 410	8 404	4 680	2 765	959	55,7	32,9	11,4
	U. F. de Aguçadoura e Navais	2 241	2 241	1 648	388	205	73,5	17,3	9,1
	U. F. de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	20 546	20 544	12 497	6 081	1 966	60,8	29,6	9,6
Vila do Conde	Árvore	2 724	2 722	1 841	700	181	67,6	25,7	6,6
	Azurara	1 264	1 264	817	334	113	64,6	26,4	8,9
	Labruge	1 504	1 502	943	459	100	62,8	30,6	6,7
	Mindelo	2 478	2 478	1 255	1 049	174	50,6	42,3	7,0
	Vila Chã	1 672	1 672	1 041	485	146	62,3	29,0	8,7
	Vila do Conde	14 832	14 829	10 071	3 430	1 328	67,9	23,1	9,0
Total DLBC		94 049	93 984	65 581	19 176	9 227	69,8	20,4	9,8
Total 3 concelhos		154 774	154 663	115 494	24 173	14 996	74,7	15,6	9,7
Total AMP		826 761	826 101	646 703	79 824	99 574	78,3	9,7	12,1

Fonte: INE (Censo 2011)

TABELA 4: Tipo de Alojamentos, total e por freguesias, em 2011

### Infraestruturas



Fonte: PROT-Norte, NAVTEC (2012), CEGOTUP

O sector da pesca tem uma forte tradição no DLBC Litoral Norte AMP, que se reflete na sua relevância económica, social e ambiental.

Na área em questão existem treze estruturas portuárias, das quais:

- uma é um porto comercial, o Porto de Leixões;
- três são portos de pesca, a saber: Póvoa de Varzim, Vila de Conde Matosinhos;
- cinco são núcleos de pesca, Quião e A Ver-o-Mar (concelho da Póvoa de Varzim), Vila Chã (concelho de Vila de Conde), Praia de Anjeiras e Praia de Marrecos (concelho de Matosinhos);
- dois portos de recreio, a Marina da Póvoa no concelho da Póvoa de Varzim e a Marina do Porto Atlântico, no concelho de Matosinhos;
- dois núcleos de recreio, o Núcleo de Recreio da Póvoa de Varzim e a Marina de Vila de Conde.

O porto de pesca da Póvoa de Varzim, de Vila de Conde e de Matosinhos têm lotas e os núcleos de pescas possuem postos de vendagem.

A DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, SA tem a seu cargo a gestão da venda de pescado, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos.

Os portos de pescas principais deste DLBC são o porto da Póvoa de Varzim e de Matosinhos (INE, Estatísticas da Pesca 2013), sendo ainda de destacar o porto de Vila de Conde, onde se localiza, à semelhança dos outros dois portos, uma capitania Marítima.

FIGURA 8 :Infraestruturas portuárias e marítimas

De acordo com o INE e no contexto nacional, a NUT II Norte representa 32% e o DLBC detêm 25% dos pescadores matriculados no continente, o que demonstra o peso dos seus portos no país.

No porto da Póvoa de Varzim estão inscritos 2.788 pescadores, abrangendo mais de metade dos pescadores da região do Norte e constituindo o maior porto do continente a este nível.

Esta importância do porto da Póvoa de Varzim no que toca ao nº de pescadores é contrariada pelo nº de embarcações licenciadas, já que apenas representa 5% das embarcações nacionais (continente).

No total do DLBC Litoral Norte AMP existem 403 embarcações, ou seja, 11% das embarcações do continente mas em termos regionais abrange 48% das embarcações.



TABELA 5: Pescadores matriculados em 31 de Dezembro de 2013 em portos nacionais do Continente por Porto de registo e Segmento de pesca

Porto de registo	Total			Águas interiores não marítimas		Águas marítimas	
	Nº Pescadores Matric.	% na NUT II NORTE	% no Continente	Nº Pescadores Matric.	% no Porto	Nº Pescadores Matric.	% no Porto
Viana do Castelo	933	22%	7%	448	48%	485	52%
Póvoa do Varzim	2 788	64%	21%	0	0%	2 788	100%
Matosinhos	612	14%	5%	0	0%	612	100%
<b>Total DLBC</b>	<b>3 400</b>	<b>78%</b>	<b>25%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>3 400</b>	<b>100%</b>
<b>Total NUT II Norte</b>	<b>4 333</b>		<b>32%</b>	<b>448</b>	<b>10%</b>	<b>3 885</b>	<b>90%</b>
<b>Total Continente</b>	<b>13 397</b>			<b>1 680</b>		<b>11 717</b>	

Fonte: INE, Inquérito aos Pescadores Matriculados por Segmento de Pesca - Estatística Anual da Pesca

TABELA 6: Embarcações de pesca licenciadas como sem motor da frota nacional por Porto de registo em 2013

Porto de registo	Total de Embarcações com e sem motor			Nº Embarcações de pesca licenciadas com motor		Nº Embarcações de pesca licenciadas sem motor	
	Nº Total de Embarcações	% na NUT II NORTE	% no Continente	Nº Total de Embarcações	% no Porto	Nº Total de Embarcações	% no Porto
Viana do Castelo	439	10%	3%	432	98%	7	2%
Póvoa do Varzim	198	5%	1%	197	99%	1	1%
Matosinhos	205	5%	2%	200	98%	5	2%
<b>Total DLBC</b>	<b>403</b>	<b>48%</b>	<b>3%</b>	<b>397</b>	<b>99%</b>	<b>6</b>	<b>1%</b>
<b>Total NUT II Norte</b>	<b>842</b>		<b>6%</b>	<b>829</b>	<b>98%</b>	<b>13</b>	<b>2%</b>
<b>Total Continente</b>	<b>3 778</b>			<b>3 722</b>	<b>99%</b>	<b>56</b>	<b>1%</b>

Fonte: INE, Dados Estatísticos (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos)

A análise das capturas nominais de pescado e o pescado transacionado permite formular conclusões complementares que fundamentam e explicam o peso da pesca na economia local.

Apesar de se registar uma diminuição na captura de pescado entre 2007 e 2013, segundo os dados do INE, os portos pertencentes ao DLBC representam a quase totalidade de pescado capturado da região Norte (92%), o que representa 84% do volume de riqueza gerado nas capturas de pescado a nível regional e 14% a nível nacional (continente).

O porto Matosinhos assume uma posição de liderança regional enquanto pólo de pescado capturado e transacionado e a nível nacional é a segunda maior lota, sendo a lota de Sesimbra a maior lota nacional de pescado capturado.

Dentro do DLBC, o porto da Póvoa de Varzim e de Vila Conde tem igualmente uma posição de destaque.

TABELA 7: Capturas nominais de pescado por Porto de descarga, em 2007 e em 2013

Porto de registo	Total de Capturas nominais de pescado (t)				Total de Capturas nominais de pescado (€)			
	2013	% na NUT II Norte	% no Continente	2007	€ (milhares)	% na NUT II Norte	% no Continente	2007
Viana do Castelo	2 129	8%	2%	1 499	5 550	16%	3%	5 281
Póvoa do Varzim	2 344	9%	2%	2 408	4 259	12%	2%	4 341
Matosinhos	21 456	83%	17%	27 297	24 700	72%	12%	25 064
<b>Total DLBC</b>	<b>23 800</b>	<b>92%</b>	<b>19%</b>	<b>29 705</b>	<b>28 959</b>	<b>84%</b>	<b>14%</b>	<b>29 405</b>
<b>Total NUT II Norte</b>	<b>25 929</b>		<b>20%</b>	<b>31 204</b>	<b>34 508</b>		<b>17%</b>	<b>34 686</b>
<b>Total Continente</b>	<b>126 521</b>			<b>137 822</b>	<b>208 195</b>			<b>220 843</b>

Fonte: INE, Inquérito aos Pescadores Matriculados por Segmento de Pesca - Estatística Anual da Pesca

Na AMP é nas freguesias que constituem o DLBC Litoral Norte AMP que a população ativa nas pescas tem um peso mais significativo.

Aliás, é nas freguesias onde se encontram os portos e nas freguesias envolventes que a população ativa no sector das pescas tem maior relevância, o que demonstra a influência da localização dos portos na atividade económica do local onde se inserem.

Assim, destacam-se as freguesias:

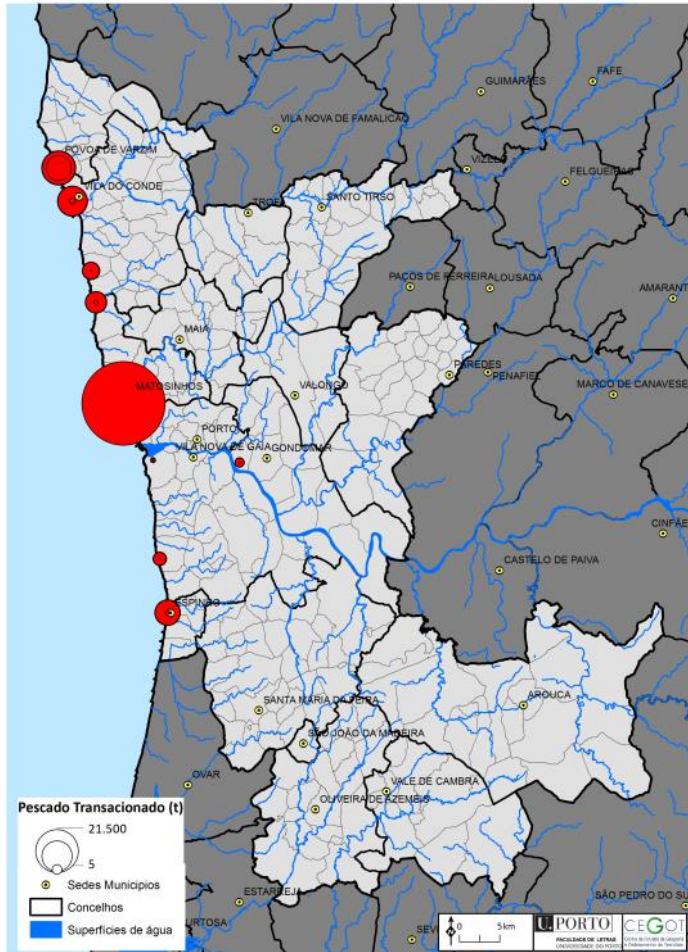
- Póvoa de Varzim, A Ver-o-Mar e Argivai no concelho da Póvoa de Varzim;
- Vila de Conde, Retorta, Vila Chã e Azurara no concelho de Vila de Conde e
- Lavra, de Matosinhos e de Santa Cruz do Bispo, no concelho de Matosinhos).

Num contexto em que os indicadores caracterizadores da atividade piscatória não são favoráveis, assiste-se a uma diminuição desde 2007 do nº de pescadores matrículas, do nº de embarcações licenciadas e do volume do pescado, fruto em parte das políticas comunitárias de regulação desta atividade e de proteção dos recursos marinhos.

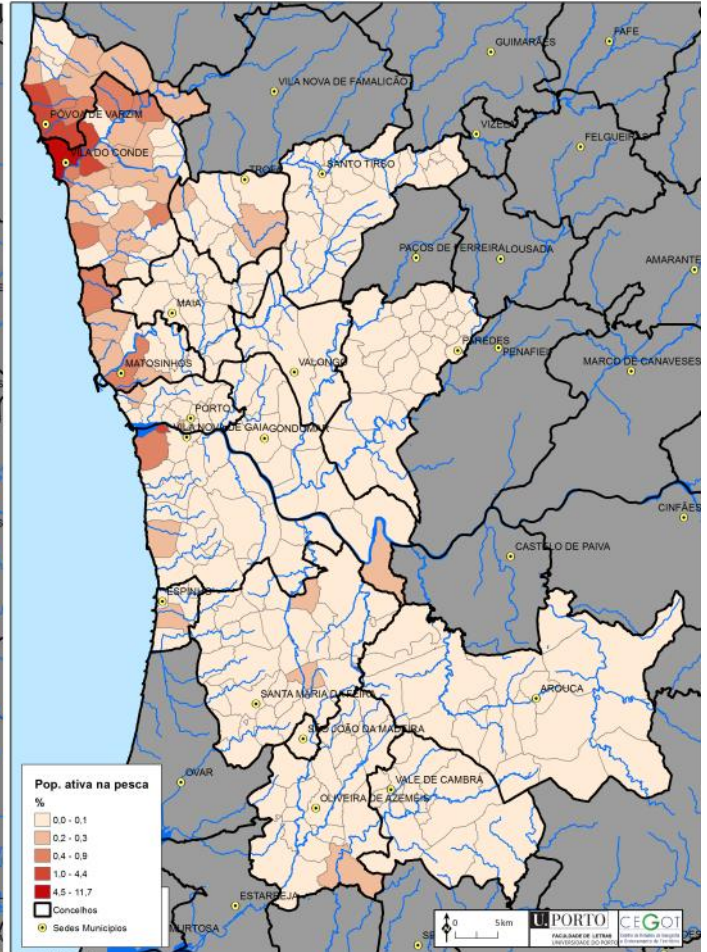
Todavia, este sector não deixa de ter um papel dinamizador enquanto motor económico a nível local.

Na área do DLBC Litoral Norte AMP isto é particularmente evidente nas freguesias onde se localizam os portos e as lotas, bem como nas freguesias limítrofes.

**Pescado transacionado (t) por Postos, em 2013**



**População ativa (empregada e desempregada) na pesca face ao total de população ativa por freguesia em 2011**



**FIGURA 9: Atividade piscatória**



A análise de alguns dos indicadores revela que o porto de pesca de Matosinhos e o da Póvoa de Varzim são os portos com maior relevo quer na região quer a nível nacional (com destaque para o porto de Matosinhos).

É em torno destes dois portos que se registam uma maior taxa de população ativa no sector das pescas e onde se localizam os estabelecimentos com mais de 10 pessoas ao serviço do cluster do Mar, o que demonstra o seu papel enquanto geradores de riqueza e catalisadores da economia local ligada às pescas.

Uma das particularidades do sector das pescas é a ligação com outros sectores atividades enquanto fornecedor de matérias-primas, como é o caso da indústria das conservas.

Este sector tem uma forte presença no pólo Matosinhos/Póvoa do Varzim, com uma grande concentração de empresas destacando-se a maior do sector, a RAMIREZ..

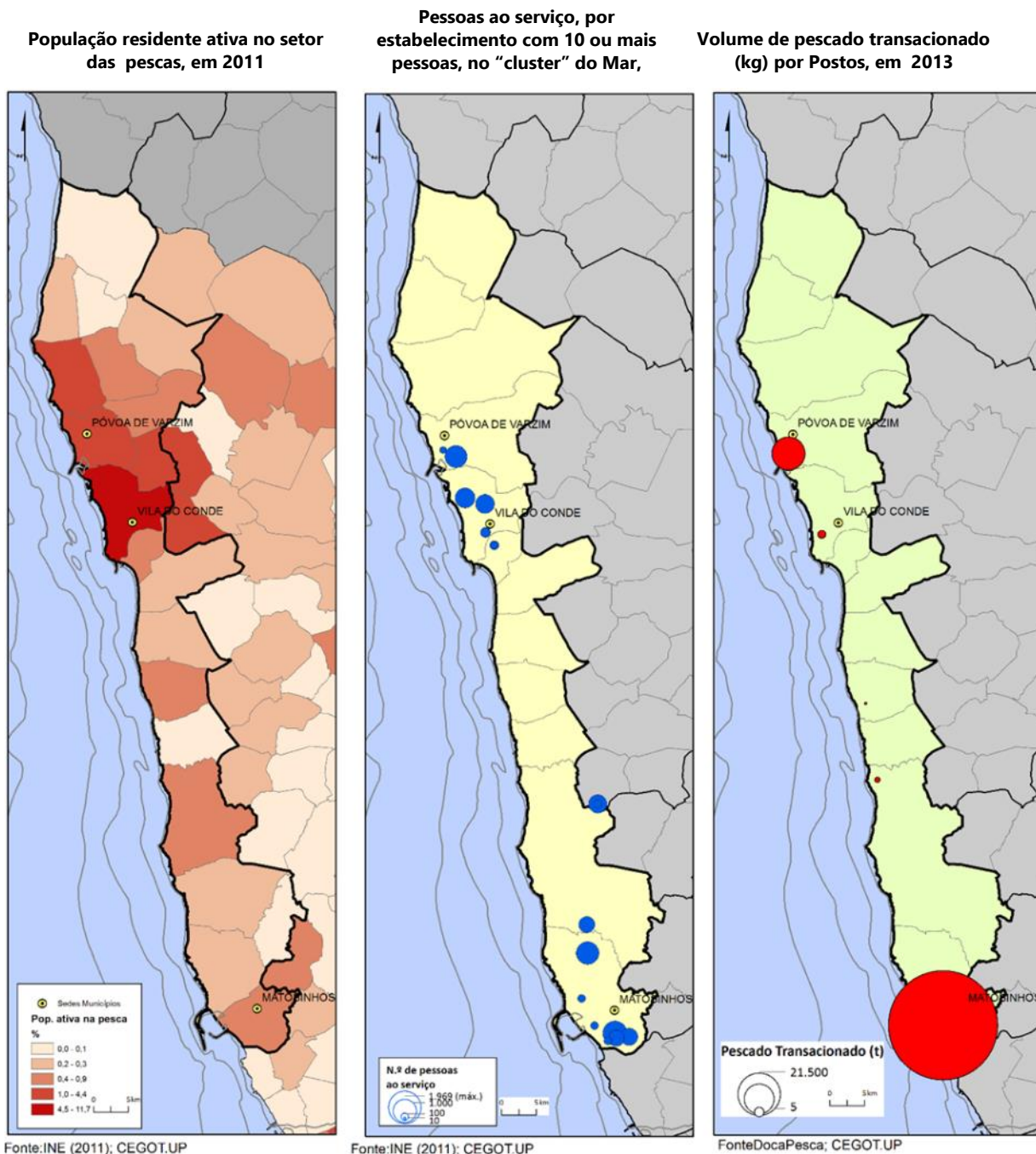


FIGURA 10:  
Estrutura  
Produtiva

## Sistemas agrícolas

Os sistemas agrícolas continuam a ter neste território uma dimensão espacial considerável, pese embora a sua progressiva redução.

A redução do número total de explorações agrícolas e da população agrícola familiar evidenciam o processo de desruralização, mas também alterações do perfil produtivo.

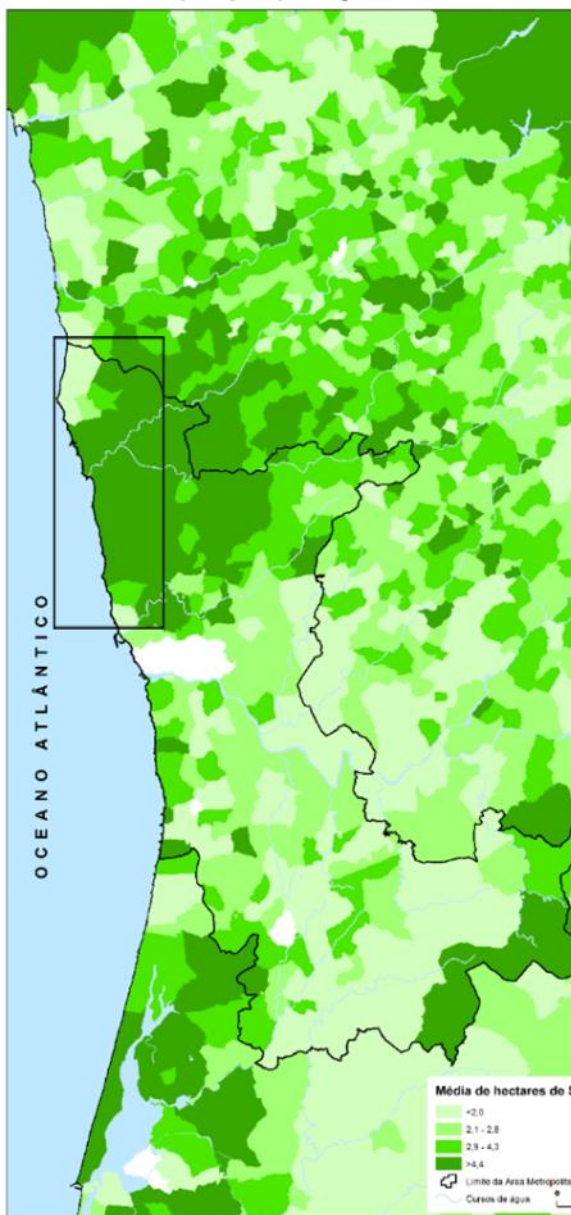
Nos últimos 20 anos, o processo de urbanização extensiva consubstanciou-se em morfologias predadoras / consumidoras de solo agrícola ou

florestal. Aparentemente esta voracidade tenderá a diminuir no futuro próximo.

A redução (RA,1999/2009) do número total de explorações agrícolas e da superfície total de SAU acompanharam a tendência nacional.

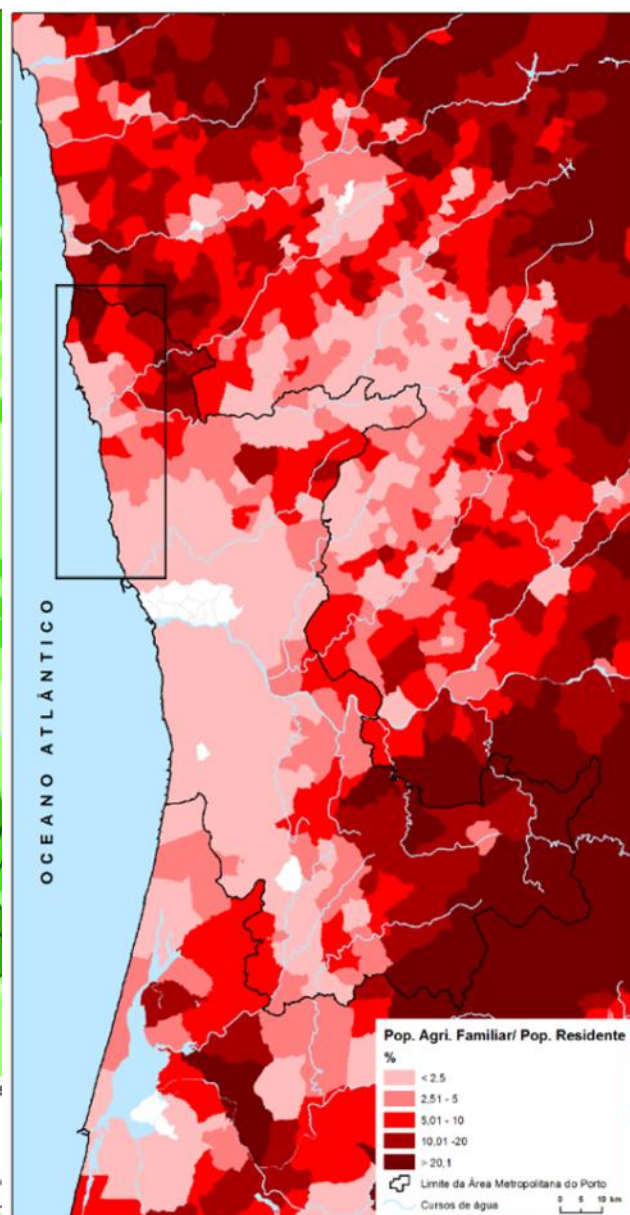
Correlativamente o peso relativo da população agrícola familiar (RA, 1999/2009) na população total residente (Censos 2001/2011) reduziu-se.

**Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média das explorações, por freguesia, em 20089**



Fonte: Recenseamento geral agrícola (2009)

**Peso relativo da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011), por freguesia**



Fonte: Recenseamento geral agrícola (2009); INE 2011

**FIGURA 11:**  
Estruturas agrícolas



Os sistemas produtivos agroflorestais de raiz camponesa foram-se esbatendo, sendo agora tendencialmente menos importantes, ao mesmo tempo que as explorações agrícolas produtivistas se foram destacando, nomeadamente nas fileiras do leite e da horticultura.

A estrutura de pluriatividade e plurirrendimento de dominância camponesa tenderão a continuar a diminuir em termos de peso relativo.

As áreas médias de SAU mais elevadas localizam-se nos territórios da bacia leiteira primária (nomeadamente Póvoa de Varzim, Matosinhos e, particularmente, Vila do Conde que passou de 6,9 para 8,9 ha).

O peso relativo da população agrícola familiar (2009) nesta área é ainda muito significativo.

Houve um aumento (RA, 1999/2009) em números absolutos da forma jurídica "sociedades agrícolas".

Territorialmente, na bacia leiteira primária e na faixa hortícola litoral de Póvoa de Varzim, é onde a fonte de rendimento do agregado doméstico do produtor singular proveniente exclusivamente da exploração é mais significativo.

Em síntese, o essencial do VAB na agricultura, mas também do produto bruto agrícola, está a transferir-se para empresas a operar no sector.

Apesar da redução total do número de explorações (de 1999 para 2009), aumentou em valores absolutos o número de empresas e também as que tem contabilidade organizada, o que indica a tendência para a mercantilização das explorações, agora com maiores enlances financeiros a montante e a jusante.

No entanto, tal não significa que não dispõem claramente no sector, como a horticultura intraurbana, sistemas produtivos mais brandos com algum significado e que devem ser também estrategicamente potenciados.

A Fileira do leite está presente na bacia primária que abrange a Norte da AMP, os municípios de Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde. A dimensão do efetivo ou da produtividade por animal, são bastante elevadas: em Vila do Conde, o número médio de bovinos por exploração passou de 51,9 em 1999 para 77,5 em 2009.

Contudo, as duas questões essenciais desta fileira prendem-se com a necessidade de aumentar a superfície forrageira (interesse empresarial) e de reduzir (interesse público) os impactes ambientais resultantes dos elevados encabeçamentos (CN / SAU) sobre água e solos pela produção de chorume.

A Fileira hortícola tem forte expressão territorial na faixa arenosa litoral do município de Póvoa de Varzim, nas chamadas terras de areia, tendo-se expandido por finais do século XIX em campos em forma de "masseira".

Uma boa parte do processo produtivo é endógeno (viveiros, logística, etc.). Assente numa estrutura de trabalho familiar, esta prática hortícola intensiva tem sistemas de distribuição diversificados, nuns casos a exploração interioriza inclusive a distribuição, noutros existem estruturas associativas que permitem ganhar escala.

FIGURA 12: Masseiras na Póvoa de Varzim



Fonte: <http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/turismo/visitar/a-beira-mar/campos-masseira>

Fora deste território que se individualiza na paisagem, a produção hortofrutícola, além das hortas familiares, apresenta um carácter disperso e pulverizado, com múltiplos enlances a jusante (dos mercados locais ao regional) dependendo do respetivo volume da produção.



## **Em termos estratégicos é necessário:**

### **1. Reforçar o verde urbano produtivo**

Parece já evidente, a revitalização agrícola, através do fomento de práticas de agricultura de proximidade, densificando um verde urbano produtivo.

As explorações serão sempre de pequena dimensão, empresarias ou de “lazer”, essencialmente centradas na horticultura, mercantilizadas e interiorizando sistemas de distribuição diferentes conforme a dimensão.

Tal possibilitará recuperar parte da atual superfície agrícola, estatisticamente definida como não utilizada como também espaços anteriormente expectantes da urbanização.

Enquanto as hortas urbanas adquirem uma configuração mais pontualizada (muitas são de iniciativa municipal) esta prática agrícola de proximidade (biológica ou tradicional) tenderá a se mais pulverizada.

### **2. Valorizar as fileiras produtivas intensivas**

Ao contrário dos sistemas anteriores, as fileiras produtivas intensivas apresentam uma acentuada concentração produtiva e um confinamento e compartimentação espacial mais evidente.

Com uma maior produtividade do trabalho e um elevado rendimento por hectare, possuem índices de motorização que atingiram já os patamares de limiares de economias de escala adequados.

Estas explorações especializadas são cada vez mais de cariz empresarial, embora de estrutura familiar na distribuição do trabalho. Tendo crescido formatadas no âmbito da PAC, inseriram-se em mercado aberto e competitivo, a exemplo das fileiras do leite e da horticultura.

Embora distintas na sua configuração económica ou até na respetiva dominância territorial, estão estabilizadas, a primeira com saída dos pequenos produtores do sector, a segunda pela dimensão que adquiriu, permitindo-lhe capturar as relações na esfera da distribuição e do consumo com as grandes superfícies de retalho que funcionam num sistema de quase oligopólio.

## Recursos ambientais, patrimoniais e culturais

O território do DLBC Litoral Norte AMP é caracterizado por temperaturas e pluviosidade moderadas, com uma densa rede hidrográfica, com três bacias bem afirmadas - rio Este, rio Ave e rio Leça.

Ao longo do litoral desenvolve-se a plataforma litoral de baixo relevo, com alguns sistemas dunares de significativas dimensões.

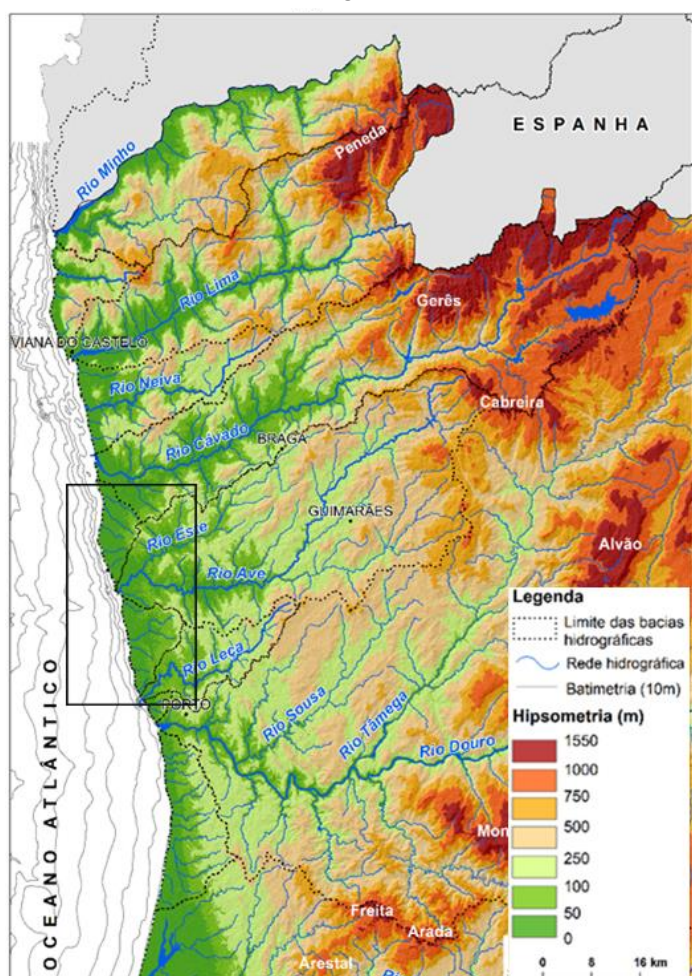
No interior do DLBC surgem áreas com um relevo mais acentuado e movimentados, onde se cruzam diferentes usos, desde o agrícola, passando pleno florestal e até ao social, desenhando uma paisagem com uma forte compartimentação do território.

Destacam-se duas classes de usos: aglomerados populacionais, como as frentes urbanas de

dimensões significativas da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos e as áreas florestais e agrícolas litorais, que se desenvolvem predominantemente no interior mas que também "pintam" algumas zonas costeiras.

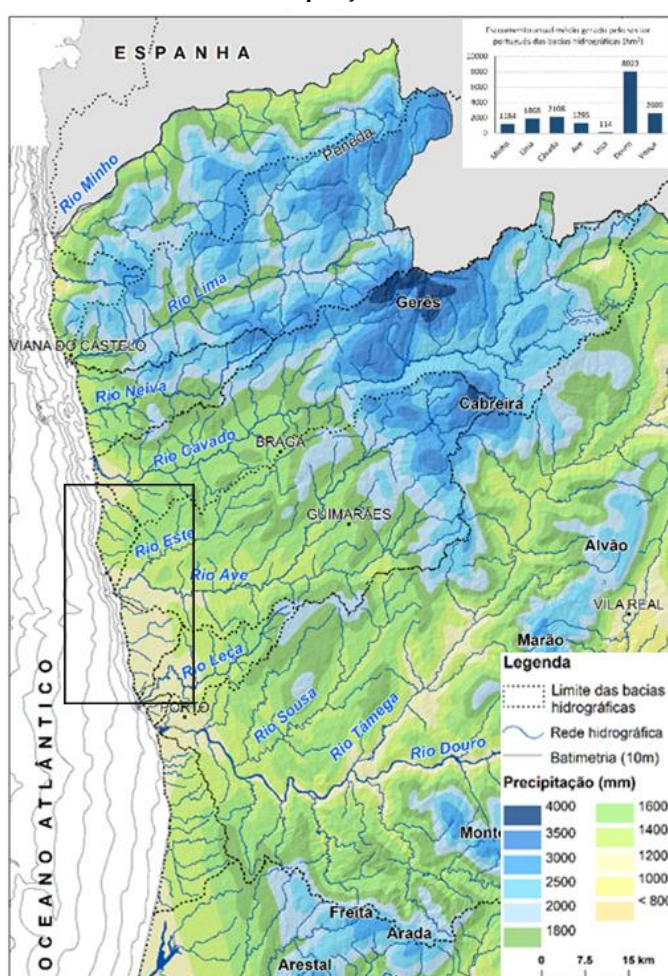
Toda a zona costeira deste DLBC está sujeita a uma série de riscos ambientais, tais como impermeabilização do litoral, degradação dos sistemas dunares associado à construção urbana, recuo da linha de costa e degradação costeira (PROT Norte, Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional, Relatório Final, Maio 2007).

Orografia



Fonte: FCG (2014)

Precipitação



Fonte: FCG (2014)

FIGURA 13: Estrutura territorial física



Nos últimos anos há uma maior consciência da importância da conservação e valorização dos serviços dos ecossistemas e da necessidade de abordagens integradoras e abrangentes, de forma a contrariar estes riscos ambientais que têm impactos evidentes na redução dos serviços dos ecossistemas e consequentes impactos na economia local e regional.

Neste contexto e “no âmbito da elaboração do PROT Norte foi definido um sistema de proteção e valoração ambiental baseado em duas estruturas complementares:

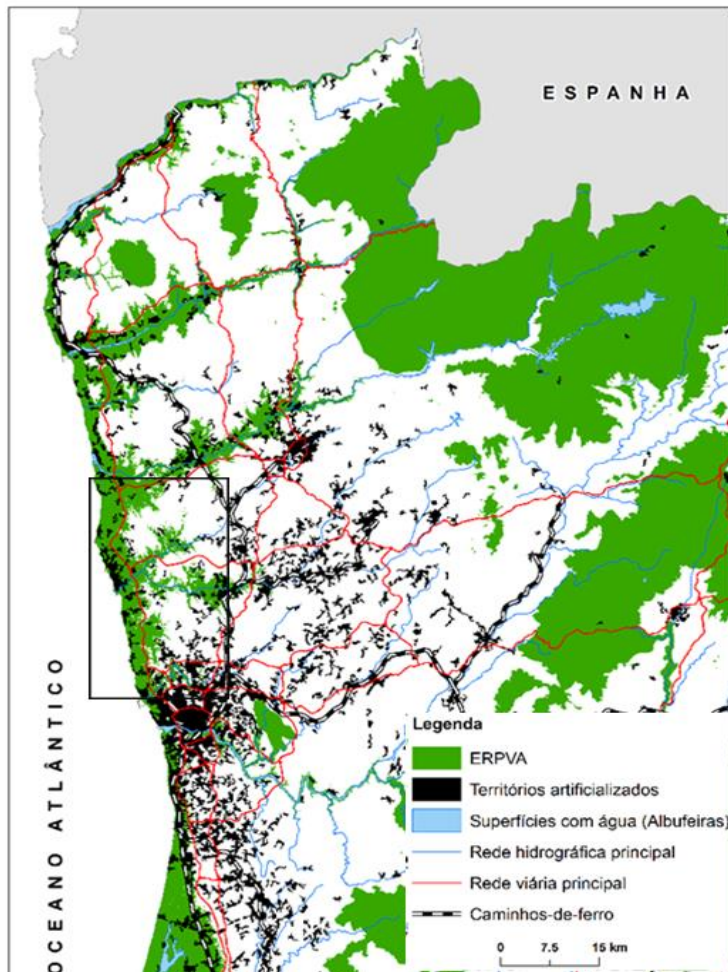
- a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) e
- a Estrutura Ecológica do Arco Metropolitano do Noroeste (EEAM).” (Fundação Calouste Gulbenkian – Noroeste Global. 2014).

A ERPVA pretende ser um elemento de estruturação do território e reúne em si um conjunto de áreas

relevantes para a conservação da natureza e da diversidade biológica. Esta estrutura está presente ao longo do litoral da área de intervenção com algumas intrusões para o interior do território.

O território do DLBC apesar de não pertencer à Rede Natura 2000, possui outras áreas de grande relevância para a conservação da biodiversidade, com é exemplo:

- as áreas naturais protegidas de âmbito regional e local – a Paisagem Protegida do Litoral de Vila de Conde e
- a Reserva Ornitológica de Mindelo no concelho de Vila de Conde (com 8,5 km de extensão), e
- as areias e cascalheiras que se encontram pontualmente na costa litoral dos concelhos da Póvoa de Varzim, Vila de Conde e Matosinhos.



Fonte: FCG (2014)

Associado a este património ambiental alia-se outros recursos ambientais de elevado valor turístico como é o caso das inúmeras praias, estuários e dunas, que permitem o desenvolvimento de atividades de lazer, em que na sua maioria é reconhecida a qualidade da água.

Conjuntamente é ainda de referir as marinas de recreio que servem de suporte as atividades lúdicas, como a prática de desportos náuticos.

No que toca ao património arquitetónico, na área em questão existem 42 imóveis classificados (9 imóveis no concelho da Póvoa de Varzim, 19 em Vila de Conde e 14 em Matosinhos). Parte deste património tem uma relação com o mar e com as crenças religiosas associadas a esta atividade.

FIGURA 14: ERPVA



# MARCO ESTRATÉGICO

## Visão

***Em 2020, o Litoral Norte da AMP será reconhecido, interna e externamente, como um espaço de referência na criação de valor e de emprego qualificado através do aproveitamento sustentável dos recursos do mar e da afirmação da cultura e tradição das comunidades pesqueiras.***



## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- Existência de capacidade de progressão na cadeia de valor dos produtos da pesca e do mar.
- Forte investimento público na remodelação da orla costeira.
- Instalação do Pólo do Mar do UPTec no Porto de Leixões abre novas perspetivas de internacionalização.
- Abertura do novo terminal de passageiros do Porto de Leixões alarga a procura turística.
- Novo porto de recreio náutico com capacidade de atração externa.
- Cais flúvio-marítimo para acostagem das embarcações atrai itinerários turísticos no rio Douro.
- Atratividade internacional do percurso litoral dos Caminhos de Santiago .
- Moda dos desportos náuticos e aumento da importância do turismo na zona costeira.
- Integração na AMP potencia um mercado de 1,7M habitantes e uma forte atratividade turística nacional e internacional.

### Pontos Fortes

- Forte tradição da atividade pesqueira e capacidade de renovação da população piscatória.
- Existência de infraestruturas (portos e mercados) que potenciam um cluster em torno das pescas.
- Forte atividade de pesca artesanal e profissional.
- Qualidade e quantidade do peixe fresco comercializado.
- Concentração de restaurantes de peixe fresco e marisco.
- Existência de infraestruturas e serviços de apoio à náutica e às praias (elevado número de utentes e praticantes).
- Presença de instituições de ensino superior, formação profissional, I&D e de apoio ao empreendedorismo ligados ao mar.
- Presença da indústria conserveira, de transformação/conservação, comercialização de pescado.
- Infraestruturas de valorização da cultura e das tradições das comunidades piscatórias.
- Potencial de exploração da apanha do sargaço para fins agrícolas, farmacêuticos e cosméticos.

### Principais Ameaças

- Riscos de erosão costeira devido a fatores naturais mas sobretudo a fatores exógenos (usos e atividades inadequadas).
- Riscos de inundações devido a causas naturais e à ocupação indevida dos leitos de cheia.
- Riscos de degradação dos sistemas dunares e de impermeabilização dos solos devido à pressão urbanística sobre as zonas costeiras.
- Problemas de compatibilização da atividade turística e das pescas com a proteção ambiental.
- Declínio da atividade da pesca, à semelhança da tendência a nível nacional, gerador de desemprego e de problemas sociais.
- Condicionamentos de carácter legal que poderão afetar a atividade piscatória artesanal.
- Constrangimentos decorrentes da Política Comum das Pescas, no contexto da União Europeia, da diminuição dos recursos pesqueiros e das dificuldades acrescidas de acesso a recursos em águas internacionais .

### Pontos Fracos

- Défice das condições de segurança nas infraestruturas portuárias de pesca e degradação dos locais de recolha dos aprestos de pesca.
- Débil oferta turística em torno dos recursos do mar (turismo náutico) fruto de carências organizativas e de promoção integrada.
- Défice de inovação na transformação e comercialização dos produtos da pesca e mar.
- Desvalorização social das atividades relacionadas com a pesca.
- Oferta de qualificação profissional e formativa incipiente e desajustada.
- Fragmentação do sector da pesca e fraca colaboração institucional e empresarial.
- Fenómenos de marginalidade, exclusão social e risco de pobreza nas comunidades piscatórias e costeiras.
- Desemprego jovem, de longa duração e pouco escolarizado com tendência a agravar.
- Envelhecimento e isolamento de franjas da população.

## Desafios e fatores críticos de sucesso

A realização da estratégia de desenvolvimento para o DLBC Costeira Litoral Norte AMP encontra-se condicionada por um conjunto de desafios e de fatores críticos com que o território de incidência está confrontado e que cumpre superar:

1. A **criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à criação do próprio emprego** através do apoio ao empreendedorismo e à transformação de ideias em negócios sustentáveis e competitivos.
2. A **diversificação da base económica local** através do estímulo ao surgimento de novas ideias, de produtos e serviços inovadores, assentes nos recursos do mar e das zonas costeiras.
3. A **promoção e valorização das atividades de restauração dedicadas à confeção de peixe fresco**, criando parcerias que valorizem os produtos locais, a gastronomia e sabores marítimos, bem como o saber-fazer tradicional.
4. A **valorização e a promoção da vivência, cultura, património e tradição marítimas**, através do reforço da autoestima e do sentido de pertença das comunidades costeiras.
5. **Melhorar a imagem e a atratividade do litoral** junto dos residentes da Área Metropolitana do Porto e dos turistas em geral.
6. A **aposta nas TIC é condição de sucesso**, colocando-as ao serviço da comunidade e da internacionalização das empresas e dos negócios.
7. O **combate à exclusão social** através de ações de qualificação e de melhoria da empregabilidade, de promoção da cidadania, do envelhecimento ativo e de integração social.
8. O **aproveitamento do potencial de atratividade externa do aeroporto e do novo Terminal de Cruzeiros de Leixões**, em Matosinhos, em benefício do DLBC Costeiro e das suas comunidades. O desenvolvimento do turismo náutico (surf e mergulho subaquático), afirmando-se como produto turístico complementar à atratividade do Porto, sobretudo a partir do papel do aeroporto, das companhias aéreas *low-cost*, das escolas de surf instaladas e das condições naturais favoráveis. O desenvolvimento do turismo de cruzeiros pode contribuir para a regeneração urbana, (reabilitação urbana, a diversificação das atividades económicas) e consequentemente, para o melhoramento da imagem urbana das áreas portuárias e para a criação de emprego.
9. Um **papel essencial pode ser desempenhado pelas instituições de ensino superior e de I&D e pelas incubadoras** (rede institucional, mais intensiva em conhecimento) desta parceria. Este ambiente favorável à inovação e à partilha de conhecimento deve ser ancorado nas dinâmicas locais e reverter em prol das comunidades costeiras.
10. A **cooperação empresarial e institucional**, ao nível local (nomeadamente com o DLBC Rural – Litoral Rural da AMP), metropolitana, nacional-litoral e transnacional, constitui um instrumento adequado para ultrapassar este desafio. Coloca-se aqui um desafio organizativo que deverá ter uma resposta ao nível da capacitação para a criação, estruturação e consolidação de redes colaborativas de carácter empresarial e institucional para apoiar e reforçar os projetos e as dinâmicas de desenvolvimento emergentes.

## Objetivos estratégicos

A consolidação da vocação do Litoral Norte da AMP passará pelo aproveitamento sustentável dos recursos locais e pela afirmação da cultura, da tradição e da inovação associada ao mar. Será um espaço de referência na criação de valor e de emprego qualificado reconhecido interna e externamente.

Para a concretização desta vocação a Estratégia de Desenvolvimento Local deste DLBC definiu **CINCO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**:

1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas;
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos;

3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca;

4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão;

5. Capacitar e inovar a governança local.

Tendo por base estes cinco objetivos estratégicos foram definidos e validados os objetivos específicos pelo GAL Costeiro do Litoral Norte - AMP, no contexto da construção da Estratégia de Desenvolvimento Local completa, através das atividades previstas em sede de envolvimento e participação da parceria e da comunidade.

A seguir identificam-se os objetivos específicos, que concretizam os objetivos estratégicos, bem como as áreas de intervenção envolvidas, que se pretende atingir.

---

### Objetivo Estratégico – 1 Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas

---

#### Objetivos Específicos:

**OE1.1.** Explorar e dar mais visibilidade ao capital simbólico e identitário das comunidades costeiras, valorizando a excelência dos recursos marítimos, naturais e culturais.

**OE1.2.** Contribuir para a preservação dos recursos naturais, numa lógica de valorização e promoção dos recursos marítimos e paisagísticos.

**OE1.3.** Aprofundar o sentido de pertença das comunidades costeiras através do desenvolvimento do conceito de "Aldeias de Mar".

#### Áreas de intervenção:

**FEAMP:** Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos; Promoção de planos de mar; Inovação em espaço marítimo

**FEDER:** Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural



---

## Objetivo Estratégico – 2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos

---

### Objetivos Específicos:

**OE2.1.** Promover o empreendedorismo e a criação de microempresas que desenvolvam atividades relacionadas com os recursos e os produtos do mar, o património e a cultura marítima.

**OE2.2.** Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para a inovação e empreendedorismo, reforçando a criação de valor das PME.

**OE2.3.** Potenciar a mudança estrutural das indústrias e dos serviços numa aposta de especialização inteligente (e.g. Mar; Alimentar; Indústrias Criativas; Turismo; Energia; TICE e Indústrias da Mobilidade).

**OE2.4.** Apostar no turismo como forma de diversificação da base económica (e.g. turismo náutico, turismo cultural).

### Áreas de intervenção:

**FEAMP:** Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos; Promoção de planos de mar; Inovação em espaço marítimo.

**FEDER:** Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

---

## Objetivo Estratégico – 3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca

---

### Objetivos Específicos:

**OE3.1.** Melhorar os espaços e os equipamentos marítimos, designadamente através da requalificação e da reconversão das áreas ligadas às atividades da pesca e da aquicultura.

**OE3.2.** Valorizar os produtos da pesca e da aquicultura através de estratégias de marketing adequadas e da adoção de certificações de qualidade e de origem.

**OE3.3.** Melhorar as condições de escoamento dos produtos da pesca e da aquicultura por via do encurtamento dos circuitos de comercialização e dos mercados locais, atuando ao longo de toda a cadeia de comercialização.

### Áreas de intervenção:

**FEAMP:** Reforço da competitividade da pesca; Promoção de produtos locais de qualidade; Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais; Inovação em espaço marítimo.



---

## Objetivo Estratégico – 4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e promover a inclusão

---

### Objetivos Específicos:

- OE4.1.** Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados e em risco de exclusão.
- OE4.2.** Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos, desempregados e inativos.
- OE4.3.** Apoiar a criação de emprego por conta própria, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social.
- OE4.4.** Apoiar a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial.
- OE4.5.** Intervir na requalificação social e cultural, promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento das populações.
- OE4.6.** Planear e reconfigurar os espaços de exclusão, através da valorização comunitária e dos recursos específicos, numa lógica de promoção da qualidade de vida.
- OE4.7.** Desenvolver competências e aumentar os níveis de qualificação da população ativa adulta, empregada e desempregada.
- OE4.8.** Adequar as ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, às necessidades do tecido económico local, designadamente relacionada com o mar.

### Áreas de intervenção:

**FEAMP:** Qualificação escolar e profissional

**FEDER:** Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas, o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.

**FSE:** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo microempresas e médias empresas inovadoras.

---

## Objetivo Estratégico – 5. Capacitar e inovar a governança local

---

### Objetivos Específicos:

- OE5.1.** Adotar novos modelos de governança, capacitar os atores e promover plataformas/redes de cooperação e parcerias.
- OE5.2.** Promover e prototipar soluções e ofertas territoriais inovadoras.
- OE5.3.** Cooperar com outros territórios no plano regional, nacional, transfronteiriço e europeu.
- OE5.4.** Promover o território do GAC Litoral Norte da AMP e os recursos próprios.

### Áreas de intervenção:

Animação e promoção do território de incidência, dos seus recursos, produtos e serviços;  
Capacitação institucional.

## Articulação com as orientações estratégicas nacionais e regionais

A Estratégia de Desenvolvimento Local apresentada rege-se pelos seus objetivos estratégicos e específicos, que tiveram na sua construção a preocupação de garantir a sua coerência e alinhamento com as orientações estratégicas nacionais e regionais e com a EIDT AMP.

Neste contexto os contributos da estratégia do DLBC Litoral Norte AMP para a concretização das prioridades do FEAMP (PRO MAR 2020) são os seguintes:

CONTRIBUTO DA DLBC LITORAL NORTE AMP PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS PRIORIDADES DO FEAMP (PRO MAR 2020)						
Objetivos Estratégicos DLBC Norte Litoral AMP	Prioridades da União Europeia FEAMP					
	1. Promover uma pesca competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento	2. Promover uma aquicultura competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento	3. Fomentar a execução da Política Comum das Pescas	4. Aumentar o emprego e a coesão territorial	5. Promover a comercialização e a transformação	6. Fomentar a execução da Política Marítima Integrada
1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas.	+	+++	+	+++	++	++
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos.	++	+++	++	++	+++	++
3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca.	+++	+++	+++	++	+++	++
4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão	+	+	++	+++	++	++
5. Capacitar e inovar a governança local.	++	++	+	+	++	++

### Legenda:

- +++ Contributo forte
- ++ Contributo relevante
- + Contributo moderado

A estratégia deste DLBC garante o alinhamento com a Estratégia Norte 2020, uma vez que todos os seus objetivos estratégicos contribuem para as

prioridades do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Assim, verifica-se que:

CONTRIBUTO DA DLBC COSTEIRA LITORAL NORTE AMP PARA A ESTRATÉGIA NORTE 2020								
Objetivos Estratégicos DLBC Norte Litoral AMP	Norte 2020							
	Inteligente		Sustentável			Inclusivo		
	Inovação e Especialização inteligente	Estrutura Económica Internacionalização	Território Cidades e Ruralidade	Conectividade	Ambiente Energia e Sustentabilidade	Inclusão Social e Territorial	Emprego e Empregabilidade	Educação e Formação
1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradição marítimas	++	+	+++	+	+++	+	+	+
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	++	+	+	+++	+	++	+
3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca	+++	++	+	+	++	+	+	++
4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão	++	++	+	+	+	+++	+++	+++
5. Capacitar e inovar a governança local.	++	+	+	+	+	++	++	++

**Legenda:**

- +++ Contributo forte
- ++ Contributo relevante
- + Contributo moderado

Esta Estratégia de Desenvolvimento Local está igualmente alinhada com os vários domínios de especialização inteligente da Estratégia Regional de

Especialização Inteligente da Região Norte, com destaque para:

CONTRIBUTO DA DLBC COSTEIRA LITORAL NORTE AMP PARA A ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA REGIÃO NORTE								
Objetivos Estratégicos DLBC Norte Litoral AMP	Domínios de Especialização Inteligente							
	Recursos do Mar e Economia	Capital Humano e Serviços Especializados	Cultura, criação e moda	Indústria da Mobilidade e Ambiente	Sistemas Agroambientais e alimentação	Ciências da Vida e da Saúde	Capital simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo	Sistemas avançados de produção
1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas	+++	++	++	+	+	+	+++	+
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	++	++	+	+++	++	+++	+
3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca	+++	++	+	+	+++	+	++	+
4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão	+++	+++	++	+	+	+	++	+
5. Capacitar e inovar a governança local.	++	++	+	+	++	+	++	+

**Legenda:**

- +++ Contributo forte
- ++ Contributo relevante
- + Contributo moderado

Por fim, é ainda de salientar os contributos da DLBC Costeira Litoral Norte AMP para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020, que assume como objetivos estratégicos os

objetivos temáticos definidos pela União Europeia para a Política de Coesão.

CONTRIBUTO DA DLBC COSTEIRA LITORAL NORTE AMP PARA A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020											
Objetivos Estratégicos DLBC Norte Litoral AMP	Objetivos Estratégicos AMP 2020										
	OT1. Reforçar investimento tecnológico e inovação	OT2. Melhorar acesso s TIC	OT3. Reforçar competitividade das PME	OT4. Apoiar transição para economia de baixo teor de carbono em todos os setores	OT5. Promover adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	OT6. Preservar e proteger ambiente e promover utilização eficiente dos recursos	OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	OT8. Promover sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar mobilidade dos trabalhadores	OT9. Promover inclusão social e combater pobreza e discriminação	OT10. Investir na educação, formação e formação profissional para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida	OT11. Reforçar capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e eficiência da adm. pública.
1. Preservar, promover e diferenciar o território, as vivências, a cultura, o património e as tradições marítimas	+	++	++	++	+	++	+	++	+	+	++
2. Diversificar a base económica a partir da utilização inovadora dos recursos	+++	++	+++	++	+	+++	+	+	+	+	++
3. Reforçar a competitividade das pescas e crescer na cadeia de valor dos produtos da pesca	+++	++	+++	++	+	+++	+	+	+	+	++
4. Apoiar o empreendedorismo e qualificar para o emprego, para a cidadania e para a inclusão	+	++	++	+	+	+	+	+++	+++	+++	++
5. Capacitar e inovar a governança local	+	++	+	+	+	++	+	++	++	++	+++

**Legenda:** +++ Contributo forte      ++ Contributo relevante      + Contributo moderado

## Resultados Esperados

A situação das Comunidades Piscatórias do território de incidência do GAL Costeiro do Litoral Norte da AMP revela um nível de ameaça elevado, a exigir uma intervenção eficaz que garanta a sustentabilidade das comunidades, seguindo uma postura de inovação, desenvolvendo uma gestão sustentável dos bio-recursos, garantindo a valorização de valores históricos, culturais e ambientais e procurando desenvolver uma estratégia sustentável.

A definição de uma estratégia coerente de desenvolvimento local pressupõe não só a consensualização possível entre os intervenientes no território, mas também a capacidade de compreender as principais alterações em curso, procurando distinguir as que são, ou parecem ser, meramente conjunturais daquelas que, uma vez instaladas, têm capacidade suficiente para serem determinantes no curto e médio prazo.

Depois, é necessário estabelecer, em conformidade, os principais objetivos atingir no corte temporal a que destina este documento, explicitando a visão e os objetivos basilares da estratégia, atendendo aos valores de coesão, sustentabilidade e competitividade, e a uma qualificação territorial associada ao desenvolvimento e ao bem-estar social.

No contexto das atividades de envolvimento comunitário a levada a efeito após o reconhecimento e qualificação do GAL Costeiro Litoral Norte - AMP a estratégia agora proposta foi objeto de um processo de validação e consensualização aprofundado de forte pendor participativo.

A Visão para o território é a expressão de um futuro coletivo desejado mas possível que, em cada momento, é capaz de orientar de forma clara e motivar a parceria e a comunidade geral para a ação.

Esta Visão não será prosseguida exclusivamente com recurso ao instrumento DLBC, atenta as suas limitações financeiras, procurando-se articular com outras fontes de financiamento complementares que possam vir a ser disponibilizadas para o território.

Com base nesta Visão foram definidos os cinco objetivos estratégicos, oportunamente desagregados em objetivos específicos e concretizados através dos quatro eixos que integram o programa de ação, referidos anteriormente.

### **A implementação da EDL materializar-se-á nos seguintes indicadores de resultados por fundo financiador:**

- FEAMP – 35 postos de trabalho criados;
- FSE – 10 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego que permaneçam 12 meses após o fim do apoio;
- FEDER – 13 postos de trabalho criados; um acréscimo de 62 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; um efeito multiplicador do investimento público no investimento privado de 1,4.

Para além dos indicadores dos resultados que se pretendem atingir acima expostos, a da EDL Litoral Norte da AMP consagra um desígnio estratégico que consiste em contribuir para a afirmação, ao nível local, regional e internacional, da vocação costeira e marítima desta comunidade que sofre efeitos de diluição, não obstante a sua dimensão e importância, no contexto da Área Metropolitana do Porto e da própria Região Norte.

Esta afirmação, sob pena de não perdurar no tempo, terá forçosamente que se refletir positivamente em termos de valorização económica dos recursos próprios, qualificação e integração social, preservação e valorização cultural e ambiental.

A presença no território de intervenção da EDL de uma das maiores comunidades costeiras do País bem como a importância económica que assumem aqui as atividades relacionadas com as pescas justificam uma abordagem integrada que procura a criação de sinergias entre os diversos sectores e agentes.

## Pressupostos da contratualização por Fundo

Os critérios subjacentes à determinação do montante diferem consoante as PI (prioridades de investimento) e os PO Mar 2020 ou PO Norte 2020, atenta as vocações e objetivos específicos.

Assim, a proposta de dotação FEAMP tem por base um duplo critério:

(i) 40% do total do FEAMP (25 MEuros) foi distribuído de forma equitativa pelas 12 EDL pré-qualificadas;

(ii) 60% foram calculados em função da percentagem de pescadores matriculados nas capitánias presentes no território de intervenção que no caso desta EDL, de acordo com as Estatística da Pesca 2014 (INE, 2015), corresponde a 26% do total nacional.

A adoção destes critérios justifica-se pelo foco na atividade da pesca e na comunidade costeira do apoio FEAMP aos DLBC Costeiros e às diferentes escalas dos territórios de intervenção, entende-se assim adequado levar em consideração o n.º das pessoas dependentes da pesca, garantindo, contudo, um mínimo de dotação a todas as EDL Costeiras, assegurada através da primeira componente do critério.

No que respeita às verbas FSE e FEDER a afetar através do PO Norte, tendo consciência do seu carácter complementar no contexto das DLBC Costeira, propõe-se dois critérios diferenciados atentos a natureza, os objetivos e os resultados esperados para cada tipologia de intervenção.

Para a determinação do montante do FSE utilizou-se o indicador do desemprego (população desempregada à procura de novo emprego por local de residência (à data do Censos 2011) sendo que o peso do desemprego no sector das pescas registado nas freguesias que integram a EDL Litoral Norte AMP, face ao desemprego total CAE 2 Primário na Região do Norte, corresponde a 10%. Aplicou-se por isso esta taxa à dotação FSE.

No que respeita ao FEDER, na medida em que esta dotação é feita para o conjunto das PI que tem natureza, objetivos muito diversos, propõe-se a manutenção do valor apresentado na Macro Estratégia.

Assim, o montante global de fundos a afetar à EDL LN AMP é de **8.670.833,34 €**, divididos da seguinte forma:

i) FEAMP 4.733.333,34 €

ii) FSE 3.000.000€;

(iii) FEDER 937.500 €.

### Pressupostos do Cálculo dos Índices:

Exo I – Mar (FEAMP) – Indicadores de resultados: os valores dos indicadores previstos no PO Mar correspondem a 159.000 € por posto de trabalho criado. Assume-se um melhor resultado de 135.150€ por cada emprego criado.

Eixo II – Empreendedorismo e Empregabilidade (FSE) – Indicadores de realização: aponta-se para um montante médio de 25.000 Euros por pessoa apoiada no âmbito da criação de emprego. Indicadores de Resultados: montante médio de fundo na criação de emprego permanente - 300.000 €.

Eixo II – Empreendedorismo e Empregabilidade (FEDER) – Indicadores de Realização: apoio médio de 25.000 € na criação do próprio emprego e 75.000 € nos investimentos expansão de pequenas e médias empresas e microempresas. Indicadores de Resultados: 30.000 por posto de trabalho criado.

Eixo III – Património Natural e Cultural (FEDER) – Indicadores de Realização e de Resultados: Valor unitário de cada visitante (125,12 €) e de cada dormida (9.122,39 €) calculado a partir da média prevista nos Avisos dos PDCT pelo PO Centro e PO Alentejo.

Eixo III – Património Natural e Cultural (FEDER) – Efeito multiplicador do Investimento Público no Investimento Privado: foi adotado o valor previsto no PO Norte.

Eixo IV – Assistência Técnica (FEAMP) – O valor previsto corresponde a 20% do valor do FEAMP. Indicadores de resultados: os valores dos indicadores previstos no PO Mar correspondem a 159.000 € / posto de trabalho criado. Assume-se um melhor resultado de 135.150€.



# PLANO DE AÇÃO

## PROGRAMA DE AÇÃO

Para a concretização da EDL foi delineado um Programa de Ação, integrando os diferentes programas operacionais, assente em quatro eixos fundamentais:

EIXO I – Mar (FEAMP);

EIXO II – Empregabilidade e Empreendedorismo (FSE e FEDER);

EIXO III – Património Cultural e Natural (FEDER);

Eixo IV – Assistência Técnica (FEAMP).

Estes eixos concretizam e materializam de forma articulada a Estratégia de Desenvolvimento Local proposta, concorrendo diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos declinados em objetivos específicos de caráter operativo (ver árvore de objetivos no ponto anterior). Por outro lado, os eixos que enformam o programa de ação organizam de forma coerente as tipologias e áreas de intervenção previstas relativamente a cada fundo mobilizado.



**EIXO I — MAR (FEAMP)**

Fundo	Tipologias de Ação	Objetivos
FEAMP	Inovação em Espaço Marítimo	Objetivo Estratégico 2. Objetivo Específico OE 2.1.
	Qualificação Escolar e Profissional	Objetivo Estratégico 4 Objetivo Específico OE 4.1.   4.7   4.8
	Promoção de Planos de Mar	Objetivo Estratégico 1 Objetivo Específico OE 1.3
	Reforço da Competitividade das Pescas	Objetivo Estratégico 3 Objetivo Específico OE 3.1   3.2   3.3
	Desenvolvimento do Turismo em Espaço Aquático	Objetivo Estratégico 2   4 Objetivo Específico OE 2.1   2.4   4.1
	Promoção de Produtos Locais de Qualidade	Objetivo Estratégico 2   3 Objetivo Específico OE 2.1   3.2
	Circuitos Curtos de bens alimentares e mercados locais	Objetivo Estratégico 3 Objetivo Específico OE 3.3
	Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos	Objetivo Estratégico 1 Objetivo Específico OE 1.2

**EIXO I — MAR (FEAMP)**

Fundo	Tipologias de Ação	Objetivos
FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Objetivo Estratégico 4 Objetivo Específico OE 4.2   4.3   4.4   4.7
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Objetivo Estratégico 2   4 Objetivo Específico OE 2.2   2.3   4.3   4.4
FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Objetivo Estratégico 4 Objetivo Específico OE 4.1   4.2   4.3   4.4   4.7

## EIXO III — Património Cultural e Natural

Fundo	Tipologias de Ação	Objetivos
FEDER	<b>a) Património Cultural:</b>	
	ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Objetivo Estratégico 1   4
		Objetivo Especifico OE 1.1   1.3   4.5   4.6
	<b>b) Património Natural:</b>	
	i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Objetivo Estratégico 1
		Objetivo Especifico OE 1.2

## EIXO IV - Assistência Técnica

Fundo	Tipologias de Ação	Objetivos
FEAMP	Funcionamento do GAC	Objetivo Estratégico 5
		Objetivo Especifico OE 5.2   5.3   5.4

Ao longo das fases de elaboração da Estratégia e do Programa de Ação do GAC Litoral Norte – AMP foi estimulada a participação ativa dos parceiros representativos da comunidade costeira, em particular na identificação dos fatores críticos e desafios com que está confrontada e na montagem do Programa de Ação.

A propósito da preparação do programa de ação foi solicitada a apresentação de ideias de projeto suscetíveis de virem a ser transformadas em candidaturas e projetos de iniciativa da própria comunidade.

O resultado deste exercício está refletido no quadro que se junta em anexo, onde está elencado um conjunto de ações enquadradas nos objetivos específicos da EDL.

Tal como se encontra desenhada a EDL procura dar uma resposta concreta aos principais problemas evidenciados no diagnóstico.

Desde logo, regista-se um problema fundamental ao nível do desemprego.

De acordo com os dados do Censos 2011, concentrava-se na área de intervenção da EDL Litoral Norte da AMP, 26% do total nacional e 67% do total da Região Norte da população desempregada do sector das pescas à procura de novo emprego.

São números impressionantes que carecem de respostas adequadas. Desde logo, a EDL prevê uma ação forte e concertada ao nível de intervenções adequadas à promoção da empregabilidade e do empreendedorismo através do FEAMP, FSE e FEDER.

Mas, não é apenas no combate direto ao desemprego que o programa de ação procura agir. Nos planos da valorização dos produtos da pesca e do mar, da utilização mais eficiente dos recursos do mar e da costa bem como da preservação e valorização do património cultural e natural, o programa de ação prevê um conjunto de medidas e de apoios capazes de suportar a iniciativa local refletida no conjunto de propostas de ações que foram identificadas durante a preparação da EDL.

# ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES

## Modelo de participação ativa dos atores territoriais

Após a fase de pré-qualificação e na fase seguinte de elaboração e submissão da Estratégia de Desenvolvimento Local completa pretendeu-se aprofundar a participação dos parceiros, tendo-se realizado várias iniciativas de envolvimento dos

parceiros para a validação e consensualização da EDL e do Plano de Ação.

De entre os **instrumentos de estímulo à participação** implementados durante essa fase destacam-se:





- Realização de uma sessão com a entidade gestora e com os três municípios que integram este DLBC para a definição do processo participativo para a validação da EDL pelos parceiros;
- Criação de Grupos de Trabalho por Município para a identificação das áreas de intervenção e tipologias de ações;
- Realização de Visitas de Terreno com técnicos e atores locais, tendo em vista aprofundar a operacionalização da estratégia;
- Realização de sessão plenária da parceria para apresentação do documento final EDL completa.

Na **fase de implementação** pretende-se reforçar o trabalho em rede da parceria sendo para isso necessário capacitar os seus membros.

Cada entidade parceira desempenhará um conjunto de tarefas e funções, de acordo com os seus recursos, competências e conhecimentos, partilhando-as em rede e colocando-as ao serviço do desenvolvimento local.

Assim, as entidades parceiras serão objeto de ações de capacitação diversificadas (através do Secretariado Técnico ou de recursos externos), de forma a adquirirem metodologias e novas ferramentas colaborativas que lhes permitam agir como nós da rede de animação e acompanhamento da EDL, na organização de iniciativas de sensibilização e de apoio à divulgação das oportunidades, designadamente dos convites à apresentação de pedidos de apoio.

Sobretudo no que respeita à promoção da inovação e de novas ideias de negócio o papel da parceria local será determinante.

Para o efeito, será necessário transformar a Parceria numa verdadeira rede colaborativa que agregue os esforços de entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento e promoção das comunidades costeiras e da cultura e tradições piscatórias.



# PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

## Áreas de Cooperação com DLBC Rurais e Costeiros

Na medida em que este território é pela primeira vez objeto de um DLBC, a aposta na cooperação assume uma particular relevância enquanto instrumento que proporciona o intercâmbio de experiências e a possibilidade de contacto e adoção de metodologias e processos de intervenção já testados noutras territórios.

Haverá aqui que distinguir o desenvolvimento de projetos de cooperação em diversos contextos territoriais: regional de proximidade, nacional, transfronteiriço e europeu.

De acordo com as características e potencialidades de cada um destes contextos propõe-se temáticas de cooperação diferenciadas e ajustadas de forma a retirar deste instrumento todo o seu potencial.

No plano metropolitano, ao abrigo do protocolo celebrado com a Litoral Rural, serão articuladas as EDL, Costeira e Rural, que incidem sobre o mesmo território sobretudo nas áreas de intervenção

relativas aos mecanismos de cadeias locais curtas bem como na potenciação da relação urbana costeira e rural.

Será também objetivo desta cooperação a procura de complementaridades na valorização conjunta dos produtos do mar e da terra.

Por último, serão instituídos mecanismos adequados a evitar a duplicação de apoios nos territórios comuns.

No plano regional e transfronteiriço surgem duas áreas de projeto nas quais se justifica uma aposta na cooperação:

- Os Caminhos de Santiago, em particular o do Litoral, constituem hoje um forte atrativo e motivo de visita que apresenta uma procura crescente. Procurar-se-á, nesta área estabelecer relações de cooperação com o GAL Costeiro localizado a norte (Litoral do

Norte) bem como com grupos de ação local da vizinha Galiza, de forma a contribuir para a estruturação e promoção desta oferta inserida no produto Touring Cultural e Religioso.

Ainda no plano regional de proximidade e nacional, pretende-se desenvolver iniciativas de cooperação na área dos planos de mar / aldeias de mar, conceito que surgiu durante o período de programação anterior e cuja aplicação e adaptação a algumas microcentralidades de carácter costeiro existentes no território de intervenção deverá ser ponderada.

Duas áreas de projeto, deverão ainda ser consideradas no âmbito da cooperação com outros territórios, no contexto nacional e europeu, são estas:

- A gastronomia e restauração, enquanto formas de valorização do pescado e de diversificação das atividades económicas. Preferencialmente, as relações de cooperação a estabelecer nesta área deverão ter parceiros espanhóis dada a importância e notoriedade internacional da sua gastronomia / restauração;
- A promoção dos desportos náuticos / aquáticos, enquanto novas ofertas turísticas atrativas para as camadas mais jovens com exigências específicas.

Nesta área, as relações de cooperação serão, preferencialmente, estabelecidas com os países do Norte da Europa, em que existe uma forte procura por este tipo de oferta.

## Modelo de gestão e organização para a prossecução da EDL com eficácia e eficiência

A doze de fevereiro de 2015, trinta e duas organizações assinaram um protocolo de parceria que define as responsabilidades na elaboração e execução da "EDL para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte – AMP" e candidatura à pré-qualificação ao DLBC Costeiro.

Designaram, ainda, como entidade gestora a AMP.

Nesta fase, a parceria foi reforçada com 2 novos parceiros ligados ao sector da pesca, mais propriamente das indústrias das conservas.

Os parceiros terão como principais funções:

- Transmitir ao Parceiro Gestor a informação e documentos necessários à alimentação do sistema de acompanhamento
- Divulgar e promover a EDL, particularmente junto dos agentes do território de intervenção;
- Fomentar a participação da população;

- Contribuir para a boa execução da EDL, particularmente nas matérias em que o parceiro esteja mais envolvido, nomeadamente: apoiar a montagem técnica, financeira e institucional de pré-projetos de candidatura;
- Realizar, participar ou aderir a iniciativas conducentes à mobilização de recursos necessários à maximização dos objetivos da Estratégia do DLBC.

Procurou-se envolver todas as entidades que desenvolvem atividades relacionadas com os objetivos deste DLBC.

A parceria conta agora com 34 entidades privadas e 10 entidades públicas.

Sem prejuízo de ajustamentos que venham a ser feitos à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações, metas e indicadores) e das regras que vierem a definidas pelos sistemas de gestão e controlo das Autoridades de Gestão propõe-se, desde já, um

**modelo de governação** assente nos seguintes órgãos:

- um Conselho Geral;
- um Órgão de Administração e
- um Secretariado Técnico.

O desenho do modelo de gestão proposto obedece, integralmente, aos princípios em que

assenta a governação do Portugal 2020, designadamente:

- ⇒ transparência e prestação de contas;
- ⇒ participação;
- ⇒ segregação das funções de gestão e da prevenção dos conflitos de interesses; e
- ⇒ da racionalidade económica.

### MODELO DE GOVERNAÇÃO



#### Conselho Geral

O Conselho Geral é composto por todos os parceiros que assinaram o protocolo de parceria.

Alguns dados importantes sobre a parceria - Organizações por setor de atividade:

- Organizações que estão no setor das pescas, aquicultura, transformação dos produtos da

pesca e da aquicultura, atividades e serviços relacionados com a apanha de produtos de pesca, produção de sal e/ou algas - 7.

- Outras atividades relacionadas com o mar - 19.
- Entidades do ensino superior (relacionadas com o mar) - 2.



O Conselho Geral reúne, pelo menos uma vez por ano, por convocatória do Órgão de Administração e as suas principais funções são:

- Dar parecer sobre a proposta de admissão de novos parceiros, formalizada pelo órgão de administração ou por 2/3 dos membros do conselho geral;
- Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividades apresentados pelo órgão de administração;
- Pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo órgão de administração, sobre todas as matérias de interesse para a atividade do GAL, bem como em temas associados ao desenvolvimento sustentável das zonas pesqueiras.

### Órgão de administração

Atendendo ao número elevado de parceiros, foi definido um Órgão de Administração, com elementos representativo das forças da região, composto por 3 entidades públicas e 4 privadas da fileira das pescas, cada uma delas com direito a um voto.

Este órgão será presidido pela AMP e terá 7 vogais (3 entidades pertencentes à administração pública local, 2 associações privadas, 1 empresa e 1 cooperativa).

As principais funções deste Órgão de Administração são praticar todos os atos convenientes à prossecução dos fins do protocolo de parceria, no âmbito da regulamentação aplicável:

- Propor a admissão e exclusão de novos parceiros;
- Garantir a dinamização da EDL e acompanhar e avaliar a sua aplicação ;
- Decidir, com base nos pareceres emitidos pelo ST sobre os Pedidos de Apoio apresentados,

segundo as orientações técnicas definidas pelas autoridades de gestão (AG);

- Representar o GAL Costeiro Litoral Norte - AMP;
- Aprovar o Regulamento Específico proposto pelo ST, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas das AG;
- Aprovar e submeter às autoridades de gestão os avisos de abertura de concurso, elaborados pelo ST, em conformidade com as orientações técnicas das AG;
- Aprovar e submeter às autoridades de gestão os relatórios de execução anual da "Estratégia de Desenvolvimento Local para a Valorização Costeira Pesqueira do Litoral Norte da AMP 2015-2020".

### Secretariado Técnico

O Secretariado Técnico, assegurado pelo parceiro gestor a AMP, encontra-se estruturado em torno de uma área de coordenação e em quatro áreas funcionais (administrativa e financeira; planeamento e desenvolvimento; comunicação e animação; análise e controlo administrativo e financeiro), visando o respeito o princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as funções previstas para cada área.

De referir a este propósito que se procederá à separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações físicas.

# MODELO DE AVALIAÇÃO

## Mecanismos de acompanhamento, avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

As ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e a sua aderência aos objetivos e metas.

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia da prossecução dos objetivos e metas definidos na EDL será levado a cabo a dois níveis.

Do ponto de vista funcional orgânico o Órgão de Administração e o Secretariado Técnico assegurarão um conjunto de tarefas de **acompanhamento operacional**, designadamente no que se refere ao acompanhamento dos indicadores de execução física e financeira dos projetos.

Para tanto serão desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Reuniões de trabalho e contactos permanentes com os promotores;
- Realização de visitas técnicas;
- Análise dos documentos de despesa;
- Apreciação dos relatórios de execução.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos permitirão sinalizar desvios eventuais e introduzir alterações que poderão levar à sua reprogramação.

Por outro lado, a intervenção do Órgão de Gestão e do Secretariado Técnico nesta área será complementada pelas auditorias realizadas pela autoridade de pagamento e de gestão a nível nacional.

Por seu turno, o acompanhamento estratégico dos projetos que visa assegurar a sua coerência com os objetivos e metas da EDL será assegurado pelos Grupos Temáticos. Os Grupos Temáticos são constituídos pelos membros da parceria com ação relevante nas respetivas áreas de atuação, a serem criados no início da implementação da EDL.

Estes Grupos de Trabalho Temáticos reunirão, no mínimo, com periodicidade semestral para apreciar, a partir de um relatório preparado pelo Secretariado Técnico, o contributo e a coerência dos projetos aprovados na área de intervenção específica.

### **Modalidades e Instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL**

Durante a fase de execução da EDL estão previstos os seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização, avaliação e animação da EDL:

- Elaboração de relatórios de avaliação anual a apreciar pelo Conselho Geral.

Até ao final do primeiro trimestre de cada ano será realizado pelo Secretariado Técnico um relatório de avaliação anual o qual será aprovado pelo Órgão de Administração e submetido à apreciação do Conselho Geral.

Estes relatórios devem apresentar informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento efetuados, os resultados previstos e atingidos de forma clara e concisa de forma a permitir avaliar a aderência aos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações à intervenção da parceria ou à EDL aprovada.

- Avaliações

Serão realizadas avaliações, intermédia e final, para atestar a aderência aos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações à intervenção da parceria ou a EDL aprovada.

Estas avaliações serão realizadas pelo Secretariado Técnico através da elaboração de um relatório circunstanciado o qual será alvo de um parecer emitido por um perito avaliador externo, independente e credenciado para o efeito.

As avaliações internas terão lugar em dois momentos:

⇒ 2018 – a avaliação intermédia - esta avaliação abrangerá o período de execução de 2015, 2016 e 2017 e será concretizada através da realização de um relatório de avaliação pelo Secretariado Técnico, nos termos acima descritos, sobre o qual recairá a emissão de um parecer por um avaliador externo;

⇒ 2021 – a avaliação final - esta avaliação abrangerá o período de execução que medeia entre 2015 e 2020 e será concretizada através da realização de um relatório de avaliação pelo Secretariado Técnico, nos termos acima descritos, sobre o qual recairá a emissão de um parecer por um avaliador externo.

Os Relatórios de avaliação produzidos acompanhados do respetivo parecer emitido pelo Perito serão aprovados pelo Órgão de Gestão e apreciados pelo Conselho Geral.

- Seminários para apresentação pública das avaliações

Após a realização das avaliações serão realizados seminários de apresentação dos resultados tendo em vista proporcionar momentos de reflexão alargados a toda a comunidade costeira em torno dos resultados e das medidas a tomar para prossecução dos objetivos e das metas da EDL.

- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano

No contexto da implementação da EDL, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento, órgão próprio da Área Metropolitana do Porto, cuja constituição encontra-se prevista na Lei n.º 75/ 2013, com natureza consultiva, assumirá funções de acompanhamento estratégico, reunindo, no mínimo com periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre os Relatórios de Execução Anual e os Relatórios de Avaliação, e sempre que Órgão de Gestão o convoque para emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e avaliação da EDL.

Durante a fase de operacionalização da estratégia, a ação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, não obstante manter a natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as posições por si tomadas um caráter vinculativo, apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização da EDL ao longo de todo o período de execução articulando com a análise e apreciação da execução de outros instrumentos de territorialização de políticas em vigor na AMP, como por exemplo os UITI / AIDUS.

### **Ações de promoção e de animação do território de intervenção**

Consciente da importância da animação e sobretudo da promoção interna e externa do território de incidência, o GAL Costeiro Litoral Norte AMP desenvolverá, diretamente ou através de outras entidades que integram a parceria, um programa de ações de promoção dos ativos territoriais que apresentam um retorno significativo em termos de ganhos de notoriedade e projeção do espaço territorial e dos seus produtos / serviços.

Este programa de promoção e de animação do território de intervenção será especificado a quando da elaboração da EDL completa.

### **Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados**

A publicitação e a divulgação da EDL no território de intervenção, na dupla perspetiva, por um lado, das oportunidades e dos apoios que disponibiliza e, por outro, dos impactos e dos resultados da sua execução constitui um objetivo do GAL Costeiro Litoral Norte AMP.

Para o atingir serão utilizados diversos meios e levadas a efeito um conjunto de iniciativas de comunicação, entre as quais se destacam:

- Realização de seminário para apresentação da EDL

Após a aprovação da versão final da EDL será realizado um seminário para sua apresentação. Este seminário será publicitado nos meios de comunicação regionais pelos parceiros do DLBC e a participação será o mais ampla possível.

- Presença permanente na agenda mediática e informativa local

Através de um relacionamento permanente e de um fluxo contínuo de informação pretende-se manter uma presença assídua nos órgãos de comunicação social locais e nacionais como forma de divulgação da EDL, dos seus objetivos, ações e resultados obtidos.

- Criação de micro site GAL Costeiro Litoral Norte AMP

Este constituirá o principal canal de informação e de interação com a parceria, os promotores de projetos e a comunidade em geral.

O micro site assumirá diferentes funcionalidades de acordo com as fases da preparação, execução, e avaliação da EDL Litoral Norte AMP.



- Publicação dos avisos para apresentação das candidaturas

Os avisos para apresentação de candidaturas serão publicados no micro site do GAL Costeiro Litoral Norte AMP e publicitados nos meios de comunicação locais, assim como divulgados através dos membros da parceria local, designadamente nas respetivas páginas internet.

- Realização de sessões públicas de apresentação dos avisos para apresentação de candidaturas

Aquando da abertura de avisos serão efetuadas sessões informativas e de esclarecimentos em cada um dos concelhos que integram o território de incidência e em particular junto das respetivas comunidades costeiras.

Estas sessões serão, também objeto de publicitação nos meios de comunicação locais e regionais, assim como juntos parceiros do GAL Costeiro Litoral Norte AMP.

Nestas sessões públicas procurar-se-á dar relevo a experiências e projetos de sucesso que possam ser considerados como boas práticas com potencial de demonstração.

Em todas as ações de publicitação da EDL será divulgado e valorizado o papel da União Europeia e dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento ao serviço do desenvolvimento regional e em particular das pescas e do desenvolvimento das comunidades costeiras, na observância estrita das regras e obrigações que nesta matéria impendem sobre o GAL Costeiro Litoral Norte da AMP.



# BIBLIOGRAFIA

- AMP (2014). AMP 2020 Estratégia de Base Territorial. Porto.
- FERRÃO, João; RIBEIRO, José Manuel Felix (coord.) (2014). Noroeste global. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MENDES, J. (coord.) (2007). Relatório Final Estruturação do Litoral. in Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte.
- OLIVEIRA, Sónia Azevedo; OLIVEIRA, , Isabel Barca e FERREIRA, Manuela M. D. (2010). A Comunidade Piscatória de Vila Chã (Vila do Conde) – Cultura e Desenvolvimento in XII Colóquio Ibérico de Geografia.
- RIBEIRO, Maria (2011). Caracterização e Valorização de Serviços de Ecosistema no Apoio à Conservação e Gestão do Litoral de Matosinhos, Tese de Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente, FCUP
- VIEGAS, Maria do Céu Moreira(2012). Comunidades piscatórias e bio-recursos marinhos: estratégias para políticas de desenvolvimento e de gestão sustentáveis. Tese de Doutoramento em Ambiente, FCTUNL
- VIEGAS, Maria do Céu, e TEDIM, Fantina (2012). Pequenas comunidades piscatórias nas paisagens litorais do norte: da lenta agonia à revitalização. In Actas do II Encontro CITCEM *O Mar: patrimónios, usos e representações*.

## ESTATÍSTICAS:

- Direção-geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2012). Recursos da Pesca 2011. Série Estatística Volume 24 A-B.
- Direção-geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2014). Recursos da Pesca 2013. Série Estatística Volume 24 A-B.
- Docapescas (2013). Estatísticas mensais.
- GEP/Ministério da economia e Emprego (2013). Quadros de pessoal.
- INE (1999). Recenseamentos geral da agrícola.
- INE (2007). Estatísticas da Pescas.
- INE (2009). Recenseamentos geral da agrícola.
- INE (2011). Estatísticas da Pesca 2010.
- INE (2011). Recenseamento geral da população e habitação.
- INE (2013). Estatísticas da Pesca 2012.
- Ine (2014). Estatísticas da Pesca 2013.
- Ine (2015). Estatísticas da Pesca 2014.

# ANEXOS

Programa	Obj.	Ações	Sub-Ações (contributos dos parceiros)
Programa de Valorização das Tradições Marítimas e do Património Cultural e Ambiental			
	OE1.1.		CASAS DO MAR - Programa de levantamento patrimonial material e imaterial, da produção cultural e das relações entre as comunidades piscatórias dos 3 concelhos, que poderia levar à inscrição no território das respectivas cidades numa rede de "casas" dedicadas ao mar. Estas casas abarcaria pesca da sardinha e as artes do cerco (Matosinhos), a construção naval (espaço a pensar em Vila do Conde), as descobertas (com as já existentes Alfândega Régia e Nau Quinhentista de Vila do Conde), a pesca do bacalhau (proposta para a antiga seca de Vila do Conde), a moderna pesca artesanal e as migrações (proposta para as Caxinas, em Vila do Conde) e a história da pesca nesta região, que caberia ao museu do Póvoa de Varzim, previsto já para as antigas instalações da Fábrica Poveira. Estes "centros de interpretação" deveriam, sempre que possível, reabilitar edifício existente e escapar ao sentido tradicional da musealização da memória, afirmando-se como espaços de conhecimento, de criação cultural e económica, de afirmação identitária das comunidades. Espaços que soubessem articular-se, em rede, respeitando as ligações ancestrais entre os pescadores dos três concelhos.
	OE1.3.		
	OE2.1.	Rede das Casas do Mar	
	OE2.4.		
	OE4.1.		Recuperação e conversão das casas dos pescadores para outros fins
	OE1.1.		Portal da Memória - preservação e divulgação de conteúdos ligados ao património e à tradição marítima através de uma plataforma online e social que inclua também actividades conexas como a apanha de sargão, as conservas e a secagem de bacalhau, quase exclusivamente desempenhadas por mulheres
	OE2.1.		Memórias revisitadas - recolha e preservação de memória seja complementado com actividades de recriação dessa memória, ao serviço do reforço da identidade e da coesão social da população, da educação dos mais novos e como poderoso instrumento de atracção turística. Para isso é importante trabalhar com as organizações, como os estaleiros, no caso da construção de réplicas de embarcações, ranchos folclóricos, no caso de aprestos e vestuário, e outras que possam contribuir para tornar a memória numa festa.
	OE2.4.		Portal da pesca contemporânea - Consideramos essencial para a devida valorização da identidade piscatória destas comunidades um conhecimento mais profundo do que elas representam na pesca em Portugal (e no mundo), hoje em dia. Um portal, actualizável, (complementado com um catálogo impresso entre outras opções), com estatísticas, fotografia e vídeo sobre o efectivo de pesca existente pode ser um instrumento poderoso de marketing territorial, de divulgação desta região, fornecendo inclusive recursos (informação e imagens) para outros projectos.
	OE4.1.	Memórias	Desenvolvimento de um trabalho demonstrativo do papel das mulheres na comunidade piscatória ( do género do projeto " As Mulheres dos Homens do Mar "sobre as mulheres das Caxinas e o seu papel na vida da comunidade e da atividade da Pesca, que agora poderia ser aprofundado este tema com outros meios).
	OE4.3.	Revisitas - Do passado para o Presente	Recuperação da história e memórias das comunidades do bacalhau
	OE4.5.		ESPAÇOS DE CRIAÇÃO: EXPRESSÃO ARTÍSTICA E PROGRAMAÇÃO - artistas e profissionais experientes no trabalho com a comunidade, que passarão essencialmente por oficinas de expressão artística e programação, partindo sempre da recolha etnográfica e da documentação da memória da comunidade em que se inserem os formandos. Estas formações visam a aquisição de ferramentas e competências específicas em vídeo, foto, som, representação, narrativa e programação para jogos de uma forma lúdica, deste modo incentivando a expressão artística e atraindo novos públicos, e talvez futuros profissionais, para a produção cultural, ao mesmo tempo que contribui para a valorização do património e da identidade da comunidade.
	OE4.6.		FORMAÇÕES VISANDO COMPETÊNCIAS DIGITAIS PARA O EMPREGO / Inclusão - Para a população sénior sugerem-se workshops de aprendizagem e discussão sobre novas tecnologias da comunicação, tendo em vista reduzir a distância entre familiares e amigos emigrados ou longe da comunidade. Pretende-se ainda realizar pequenos laboratórios de criação, de modo combater a exclusão social dos idosos, integrando-os em actividades culturais, potenciando a auto-estima e a valorização da identidade e do património. A população sénior pode também ser envolvida em projectos de Genealogia, que ajudem a perceber as ligações familiares e profissionais entre Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.
	OE4.7.		CRIAÇÃO DE PRODUTORA - trabalho mais intenso de recolha e produção de conteúdos ligados à memória e identidade das comunidades piscatórias possa gerar emprego e alimentar uma economia local, através, por exemplo, da criação de uma produtora audiovisual dedicada a estes temas e do apoio ao desenvolvimento de marcas e produtos locais inspirados no mar. Com uma estrutura desse tipo, capaz de compreender, na sua raiz, a importância da cultura costeira, poderemos também apoiar outros parceiros na promoção multi-plataforma dos seus projectos, em áreas como a construção naval, ou o turismo, por exemplo.
	OE1.1.		Ecomuseu do Mar - criação do ecomuseu com âncora no Museu do Mar e das Pescas, passando pela Marinha, Morto de Mesoa, marginal da Póvoa, Médas de sargão de Aver-o-Mar, barcos de pesca de Aver-o-Mmar, campos de masseliras de Aguçadoura e Estela, moínhos de Navais
	OE2.1.		"Passeios com história", no estuário do Ave (entre o açude e os Estaleiros) - passeio em kayak, em grupo, com guia acompanhante percorrendo o rio, dando a conhecer a história dos diversos monumentos que podem ser observados (ex: Mosteiro de Sta Clara, Capelo do Socorro, Azzenha, etc)
	OE4.3.	Património em Rede	Desenvolvimento de roteiros da natureza dedicados aos diversos espaços naturais do concelho, como a Reserva Ornitológica do Mindelo e o Estuário do rio
			Dinamização de percursos exploratórios ao ar livre que permitam conhecer a biodiversidade dos ecossistemas, como a observação de aves e outras espécies costeiras.
			Reformulação e criação de roteiros turísticos em papel e multimédia
			Criação de trilhos na Reserva de Mindelo para aproveitamento turístico
	OE1.2.		Requalificação da Reserva de Mindelo
		Preservar para Conhecer	Estudo - conhecimento da biodiversidade costeira e dos diversos espaços naturais do concelho e proposta de medidas de preservação do património natural
			Monitorização da qualidade ambiental dos rios e ribeiras do concelho e proposta de medidas de ação para a sua melhoria
			Promoção dos valores ambientais e culturais do concelho: Desenvolvimento de conteúdos expositivos tendo em vista a promoção dos valores ambientais e culturais do concelho ( exemplo de projectos já desenvolvidos: Vila do Conde Natural(mente)) - conhecer para preservar; Há pesca em Vila do Conde; Cursos de Água de Vila do Conde; Litoral de Vila do Conde - do passado ao futuro da paisagem protegida)
Programa de Reinvenção Turística			
	OE2.4.		Eventos que se venham a realizar no território dos três concelhos ao longo do tempo em que a DLBC vigorar. A gastronomia aliada à música, ao cinema ao ar livre, a pequenas palestras e discussões ou até à arte urbana ou a recriações históricas e exposições ligadas aos temas que vamos trabalhar, para aumentar o seu potencial de divulgação e de atracção turística
	OE2.1.		Autocarro e Barco Turístico com passagem em 3 concelho e em pontos de interesse
	OE4.2.		Criação de um roteiro turístico, com visitas gastronómicas, etc
	OE4.3.		Qualificar o circuito turístico - comboio turístico
	OE4.4.		Criação de 1 itinerário turístico pela costa, com um autocarro.
	OE4.7.	ANI-MAR	Criação de 1 itinerário turístico marítimo
	OE4.8.		Criação de Parque de Merendas
			Formação de recursos humanos da área do turística (para o "bem-receber")
			necessidade de formar "QUADROS" em diversas áreas no sentido de podermos apresentar COLABORADORES devidamente especializados.
			Promoção do caminho litoral de Santiago
			PLANOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL - divulgação dos projectos que se apresentam, bem como dos nossos parceiros. A título de exemplo, sugerimos a realização de campanhas de fotografia digital ligadas às redes sociais (encontros de instagramers ou de urban sketchers, por exemplo), para registo e valorização do património e da natureza, e de eventos que venham a ser produzidos, atraindo curiosos, turistas e estudiosos.
	OE2.1.		Nos períodos de paragem prolongada, aproveitar as embarcações do Cerco para fins turísticos, nomeadamente pesca lúdica, conhecimento da costa, etc, sendo uma outra fonte de rendimento, e por tal, de diversificação da atividade económica.
	OE2.4.		Passeios em embarcações para a prática de pesca em alto mar
	OE4.1.		barcos de recreio para passeios no alto mar
	OE4.2.	Trilhos náuticos - redescobrir o	"A descoberta do Ave" - subida e descida do Ave em kayak, em grupos organizados, acompanhados de monitores, desde a caravela até à Espinheira e/ou até à ponte D'Ave, aproveitando a paisagem e história
	OE4.3.	mar e o rio	Eventos náuticos - vela, surf, kayak
	OE4.7.		Mergulhos aquáticos
	OE4.8.		Escola de canoagem - ocupação dos tempos livres dos jovens e sua captação para a prática da modalidade
			Cursos de formação para Nadadores Salvadores
			Curso de formação no salvamento aquático
			Ações de formação para a tripulação marítima turística



Programa	Obj.	Ações	Sub-Ações (contributos dos parceiros)
Programa de Promoção das artes / atividades do Mar	OE2.4.	Internacionalizar o SURF	SURF-Incentivar a actividade do SURF como complemento de LAZER e SAÚDE para os Turistas que nos visitam, tendo como destino igualmente os Filhos ou Netos dos mesmos. Aproveitando a costa de Leça da Palmeira como uma das melhores praias da Europa para "surf", seria importante fazer uma "campanha" de divulgação a exemplo das Cidades que já o fizeram. Naturalmente teríamos de convidar um SURFISTA de renome para este evento.
	OE2.1.		Criação de apoios de praia para os surfistas
	OE4.3.		Dinamização das escolas de surf
	OE2.3.		Cinema para o mar - Sugerimos por isso que se pense numa Mostra de Cinema Sobre o Mar, com sinergias com as Curtas de Vila do Conde e o Festival Pescadores do Mundo, de Lorient, na Bretanha. Com o tempo, e se feito com qualidade, este evento poderá potenciar a criação de novos filmes, quer sobre as nossas comunidades, quer sobre outras por esse país fora.
	OE2.4.		Conferência sobre o mar
	OE3.2.		Feira da pesca e do mar
	OE3.3.		Festival conjunto da ameijoira e outros produtos do mar
	OE4.4.	Os Sabores do Mar	O NOSSO PESCADO - A nossa costa possui variedades de peixe que podemos considerar o "MELHOR PEIXE DO MUNDO" e estou a lembrar-me por exemplo de : SARDINHA, CAYALA, CARAPAU, etc. A exemplo o que fizeram no Projecto do Minho, seria interessante tentar classificar alguma destas qualidades de forma a potenciar o produto da nossa costa e naturalmente mais valia em termos comerciais e criação de riqueza para a nossa população
	OE4.7.		CONSERVAS - As nossas Conservas são conhecidas em todo o mundo como um produto da altíssima qualidade alimentar e estão muito "ligadas" ao nosso PESCADO. Acho muito importante podermos "ligar" este dois sectores de actividade ao Concelho de Matosinhos como uma imagem de "MARCA", mesmo transmitindo de se tratar um "PRODUTO" único no mundo alimentar.
	OE4.8.		GASTRONOMIA - Com esta "cadeia" de valores a nossa Gastronomia teria um papel muito importante na execução de "PRATOS QUALIFICADOS"
Programa de Promoção das artes / atividades do Mar			
Programa de Promoção das artes / atividades do Mar	OE2.1.		Exploração da apanha do sargão para usos agrícolas, cosméticos e gastronómicos
	OE2.2.		Venda ambulante de peixe
	OE3.2.		viveiros de marisco
	OE4.2.	Empreendedorismo marítimo	Apoio à indústrias criativas de base marítima de base marítima - para projetos de cosméticos
	OE4.3.		Parceria para o desenvolvimento de novos produtos com vista à eventual produção de conservas, através de concursos ( ex. O Concurso "A Formação nas Profissões do Mar" realizado pela FOR-MAR, onde pretende distinguir o mérito no ensino profissional, premiando o melhor trabalho sobre temas do respectivo curso, nomeadamente através da realização de monografia, videograma ou representação em maquete ou trabalho prático. )
	OE4.7.		Ações de formação focadas na inovação em termos de novas espécies de utilização agrícola
	OE4.8.		Formação das mulheres de pescadores ao nível do empreendedorismo, associativismo, TIC, etc, através da criação de uma Associação de Mulheres do Mar
	OE3.1.		Recuperação do posto de venda de Angeiras (lota de Angeiras)
	OE3.3.		Apoio à criação de infra-estruturas de apoio à promoção da Pesca (mercado de venda do peixe em Aveiro-Mar) e de aproveitamento de recursos do mar (energias renováveis)
	OE4.8.	Re-Pescar o Mar: Qualificar, Empreender e Proteger	Revitalização dos estaleiros navais
Programa de Promoção das artes / atividades do Mar			Recuperação das artes de fazer as catraias
			Aquisição de equipamento de apoio à formação em segurança no mar e em terra
			Ajuda na aquisição dos meios físicos para a formação em segurança no mar, nomeadamente tanques de treino.
			Equipamentos de vigilância marítima
			Formação dos mestres de barcos e empregados ligados ao turismo
			Ações de formação para segurança a bordo
			Projetos de promoção de segurança das atividades relacionadas com o Mar
	OE2.1.		Promoção das Camisolas poveiras
	OE2.2.	Marcas do Mar	O NOSSO PESCADO - A nossa costa possui variedades de peixe que podemos considerar o "MELHOR PEIXE DO MUNDO" e estou a lembrar-me por exemplo de : SARDINHA, CAYALA, CARAPAU, etc. A exemplo o que fizeram no Projecto do Minho, seria interessante tentar classificar alguma destas qualidades de forma a potenciar o produto da nossa costa e naturalmente mais valia em termos comerciais e criação de riqueza para a nossa população
	OE3.2.		CONSERVAS - As nossas Conservas são conhecidas em todo o mundo como um produto da altíssima qualidade alimentar e estão muito "ligadas" ao nosso PESCADO. Acho muito importante podermos "ligar" este dois sectores de actividade ao Concelho de Matosinhos como uma imagem de "MARCA", mesmo transmitindo de se tratar um "PRODUTO" único no mundo alimentar.
	OE3.3.		Criação de marcas de identidade local ( ex. camisolas poveiras, minerva, rendas de bilros, etc)